

ATA N.º 08/2013:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2013:

No dia dezassete de abril de dois mil e treze, pelas quinze horas e vinte cinco minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, José Carlos Matias de Sousa e Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação - Ratificação

PONTO 2 – Prestação de Contas 2012

PONTO 3 – Nomeação de representante do Município na Assembleia Geral da Palmela Desporto, E.M.

PONTO 4 – Aprovação da proposta de Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Quinta do Canastra - Terrim, Pinhal Novo

PONTO 5 – Atribuição de topónimo na freguesia de Quinta do Anjo. Requerente: Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Proc.º Top – 217/2013. Local: Quinta do Anjo

PONTO 6 – Atribuição de topónimo na freguesia de Pinhal Novo. Requerente: Junta de Freguesia de Pinhal Novo. Proc.º Top-1168/2013. Local: Pinhal Novo

PONTO 7 – Atribuição de topónimo na freguesia de Pinhal Novo. Requerente: Junta de Freguesia de Pinhal Novo. Proc.ºs. Top – 11/02 e 12/02. Local: Cascalheira – Pinhal Novo

PONTO 8 – Atribuição de topónimo na freguesia de Pinhal Novo. Requerente: Junta de Freguesia de Pinhal Novo. Proc.º Top – 1617/2013. Local: Olhos de Água – Pinhal Novo

PONTO 9 – Manutenção do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M.

PONTO 10 – Manutenção do Fiscal Único da Palmela Desporto, E.M.

PONTO 11 – Relatório e Contas 2012 da Palmela Desporto, E.M.

PONTO 12 – Apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para realização da 18.ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão, em Fernando Pó e Feira de Vinhos do Concelho de Palmela

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** saúda os presentes.

• **Semana descentralizada dedicada à Freguesia de Pinhal Novo** – A **Sr.ª Presidente** informa que a próxima reunião de Câmara realiza-se no âmbito da *Semana descentralizada dedicada à Freguesia de Pinhal Novo* e, por essa razão, será à noite no dia 08 de maio, às 21 horas, na sede da Junta de Freguesia de Pinhal Novo) e, em virtude de no dia 01 de maio ser feriado sofre, também, a alteração da data.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes.

• **Comemorações do 39.º aniversário do 25 de Abril** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** salienta que se aproximam as *Comemorações do 39.º aniversário do 25 de Abril* e o programa das mesmas resulta de um trabalho de parceria entre a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia do concelho e o movimento associativo das cinco freguesias. A tentativa foi a de construir um programa que vise enaltecer o concelho enquanto *concelho de Abril*. Estão envolvidas trinta e seis associações que vão dinamizar iniciativas desportivas, culturais e recreativas com um grande intercâmbio associativo. Do conjunto dos eventos, destacam-se os espetáculos de Palmela e de Pinhal Novo criados especialmente para esta data e que envolvem os diferentes agentes associativos. Assim:

. No Pinhal Novo – em parceria com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo as comemorações contam com vinte cinco horas de programação ininterrupta, abrindo no dia 25 de Abril, às 21:30 horas, com o espetáculo "*Tempos de Abril*", resultado do trabalho coletivo de Bardoda, Boonc (Bota O Obido No Carril), Ensaiarte, ATA, Orquestra Nova de Guitarras e Rancho Folclórico de Pinhal Novo, e terminando no dia 25 com um baile a realizar na SFUA (Sociedade Filarmónica União Agrícola);

. Em Palmela – no dia 25 de Abril, pelas 21:30 horas, tem lugar o espetáculo "*Não adianta olhar o céu*" que é um trabalho conjunto de Dançarte, FIAR, Draca, Avozinhas, Loureiros, Humanitária e Ausentes do Alentejo;

. A Avenida da Liberdade, em Pinhal Novo, e o Largo de São João, em Palmela, recebem de 23 a 29 de abril, a exposição documental "Um Cravo Vivo de Sonho" da URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.

Mais informa que a comunidade educativa desenvolve iniciativas próprias no espaço Escola, tendo a Autarquia lançado o desafio para um momento coletivo a realizar às 10:30 horas do dia 24 de abril com o cantar, em simultâneo, da Grândola Vila Morena nas diferentes escolas do concelho.

• **Comemorações do centenário do nascimento de Álvaro Cunhal – O Sr. Vereador Adilo Costa** dá conhecimento que a Câmara Municipal pretende realizar, ao longo do ano de 2013, um programa de eventos relacionados com as *Comemorações do centenário do nascimento de Álvaro Cunhal*. Deste modo:

. No mês de abril realizar-se-ão, na Biblioteca Municipal de Palmela, os seguintes eventos:

- . Exposição sobre a vida e a obra de Álvaro Cunhal – patente ao público entre 15 de abril e 18 de maio;
- . Mostra bibliográfica sobre o autor – patente ao público entre 15 de abril e 18 de maio;
- . Conferência "O Ativista" – dia 19 de abril, às 21:30 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela.

. Estão ainda agendados os seguintes eventos:

Ciclo de conferências:

- . "Poder Local Democrático" – dia 12 de julho – na Biblioteca Municipal de Palmela;
- . "A Arte, o Artista e a Sociedade" - dia 09 de novembro – no Auditório Municipal de Pinhal Novo. É uma reflexão teórica sobre a estética e a criação cultural.

Ciclo de cinema:

- . Durante o mês de novembro, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, realizar-se-á um ciclo de cinema sobre as obras do autor, associado à Conferência "A Arte, o Artista e a Sociedade".

Exposição / Mostra Bibliográfica:

- . É intenção da Câmara Municipal que esta Exposição / Mostra Bibliográfica, hoje patente na Biblioteca de Palmela, percorra os vários polos da Biblioteca nas outras quatro Freguesias do concelho, culminando na Biblioteca de Pinhal Novo no mês de novembro, associando-a ao ciclo de cinema e à conferência "A Arte, o Artista e a Sociedade".

Exposição “Guernica”:

. Esta exposição, que explica os vários momentos de construção da obra de Pablo Picasso e que esteve na última edição da “Festa do Avante”, estará patente ao público no Mercado Municipal de Pinhal Novo, também durante o mês de novembro.

• **12.º Curso sobre as Ordens Militares – Homens de Oração e Homens de Ação:**

Mestres e Freires – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que, nos próximos dias 20 e 21 de abril, terá lugar o *12.º Curso sobre as Ordens Militares*, este ano, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Tendo como objetivo principal reunir num encontro científico especialistas da área da História e da Literatura sobre as Ordens Religioso-Militares e apresentar e discutir temas e problemas que se colocam a esta área de investigação. Serão apresentadas oito comunicações, enquadradas nas mais recentes orientações historiográficas e dedicadas à reflexão sobre certas dinâmicas sociológicas presentes no seio das Ordens Militares.

Mais informa que o *Curso* terá as sessões teóricas no dia 20 de abril, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, e completa-se com uma visita, no segundo dia, ao Palácio Nacional de Sintra, com especial enfoque na Sala dos Brasões.

Conclui dizendo que esta iniciativa é mais um importante contributo para o conhecimento sobre as Ordens Militares, no qual Palmela tem sido pioneiro e granjeado reconhecimento internacional, através do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS).

• **Formação para a Comunidade** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que a Câmara Municipal lançou, no passado mês de março, o plano de *Formação para a Comunidade*, para o 1.º semestre de 2013. Esta oferta formativa, desenvolvida em parceria com o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), destina-se, prioritariamente, à população ativa (empregados e desempregados), residente ou a trabalhar no concelho de Palmela. As ações de cariz gratuito têm por objetivo promover a competitividade no mercado de trabalho, incentivar a formação ao longo da vida e a melhoria na qualidade dos serviços prestados pelos agentes económicos do concelho.

Mais informa que, para o 1.º semestre de 2013 foram planeadas cinco ações em quatro freguesias do concelho (Palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Marateca) nas áreas de:

- . contabilidade;
- . língua espanhola;
- . comércio e serviços;
- . sistema HACCP;

. informática.

Esta descentralização da realização das ações de formação é possível graças ao apoio das Juntas de Freguesia de Quinta do Anjo e da Marateca. A recetividade tem sido bastante boa, estando já praticamente completas as inscrições nas ações de língua espanhola e de sistema HACCP. A concretização destas formações está agora em perigo devido à posição do Ministro das Finanças que cancelou toda a atividade do IIEFP, nomeadamente as formações que são realizadas em parceria com a Câmara Municipal. Estão expetantes em relação ao futuro e aguarda-se que o Instituto tenha, rapidamente, luz verde, para se poder dar continuidade a este trabalho.

• ***Campeonato Nacional da Primavera de Natação Adaptada / Projeto Paralímpico Rio 2016 – Simone Fragoso*** – O Sr. Vereador Adilo Costa informa que a atleta Simone Fragoso conquistou o 1.º lugar nas provas de 50 metros livres, 50 metros costas e 50 metros mariposa, na classe S5, no *Campeonato Nacional da Primavera de Natação Adaptada*, que teve lugar nos dias 6 e 7 de abril, na Póvoa do Varzim. Com os tempos conseguidos alcançou os mínimos, quer nos 50 metros livres, quer nos 50 metros mariposa para integrar o *Projeto Paralímpico Rio 2016*. Esta meta é deveras importante e a Câmara Municipal deseja o maior sucesso à Simone Fragoso.

O Sr. Vereador Luís Miguel Calha cumprimenta os presentes.

• ***Seminário de vinhos da região em Berlim (Alemanha)*** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha dá conhecimento que, na passada quinta-feira (dia 11) decorreu, em Berlim (Alemanha), uma ação promocional do concelho de Palmela e dos vinhos, numa iniciativa da Câmara Municipal em parceria com a AICEP *Portugal Global Trade & Investment Agency* e com o apoio da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal. Esta ação de captação de investimento externo, em que teve a oportunidade de participar – a par do Presidente da Comissão Vitivinícola Regional, Henrique Soares, e do Diretor da AICEP Portugal Global de Berlim, Macedo Leão, e que contou com a presença do Sr. Embaixador de Portugal em Berlim, Luís de Almeida Sampaio – consistiu num *Seminário* de apresentação e provas de vinhos de Palmela e da região, num total de nove empresas, orientado por uma especialista alemã em vinhos portugueses. Marcaram presença cerca de três dezenas de profissionais do setor, desde jornalistas, importadores/distribuidores de vinhos e operadores turísticos, que demonstraram grande curiosidade e interesse pelos vinhos portugueses, cuja relação qualidade/preço continua a surpreender empresários e consumidores um pouco por todo o mundo. A abertura do *Seminário* foi efetuada pelo Sr. Embaixador, que enfatizou o sucesso dos vinhos portugueses no mercado alemão, e que se tem verificado através do aumento do valor da importação alemã de vinhos nacionais e, também, a grande qualidade dos vinhos desta região.

Acrescenta o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** que, na intervenção que proferiu, teve oportunidade de destacar as potencialidades da região, salientando a importante presença da Volkswagen/AutoEuropa neste território, e a importância do setor de vinhos para o desenvolvimento económico do concelho de Palmela.

Mais refere que esta nova ação em território alemão, que a AICEP considerou ter sido um sucesso, surgiu no seguimento da participação de Palmela na Feira Internacional IZB, na cidade de Wolfsburg, no ano passado, para apresentação do programa "*Palmela, Cidade Europeia do Vinho 2012*".

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** conclui dizendo que é com grande satisfação que regista mais um êxito de uma iniciativa de promoção turística do concelho de Palmela e dos seus vinhos num dos principais mercados europeus, justificando a aposta que o Município tem feito na promoção deste setor, tão importante para a economia local.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** saúda os presentes.

Em seguida, apresenta a seguinte Moção, tendo sido admitida, por unanimidade, a sua admissão no *Período Antes da Ordem do Dia*:

MOÇÃO (Tarifário da Simarsul):

"Em outubro de 2012, a SIMARSUL informou os Municípios, seus acionistas e clientes, que recebera orientações para considerar no valor da tarifa a praticar na proposta de orçamento para 2013, um aumento de 10% face a 2012, com a argumentação da "necessidade de equilíbrio do sistema", da propalada "reestruturação do setor e harmonização das tarifas a nível nacional".

Na última reunião de acionistas desse ano, os Municípios repudiaram o facto de a AdP, acionista maioritária, continuar a ignorar as condições que levaram os Municípios a aderir ao atual Sistema Multimunicipal e manifestaram a firme rejeição da Fusão dos Sistemas Multimunicipais, da Verticalização e da abertura de Concessões a entidades privadas.

Entretanto, considerando que:

- No passado dia 4 de março de 2013, a Câmara Municipal de Palmela foi informada pela SIMARSUL do projeto de tarifário para 2013, para os serviços prestados por esta empresa à Câmara Municipal;
- No teor do referido ofício vem transcrito o despacho da Sr.^a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Território, que fixa uma tarifa de 0,5766€/m³, traduzindo-se este valor num aumento de 7% do valor do tarifário em relação ao ano anterior;
- O aumento desta tarifa tem sido nos últimos anos o equivalente apenas ao valor da inflação;

- O parecer da entidade reguladora do setor, ERSAR, face à intenção de aumento de 10% por parte da SIMARSUL, recomendou a aprovação de uma tarifa de 0,5656€/m3, que representaria um aumento de 5%;
- De acordo com o art. 7º, nº3 do Decreto-Lei nº 286/2003, de 8 de novembro, que cria o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Península de Setúbal *“as tarifas a cobrar aos utilizadores são aprovadas pelo concedente, após emissão de parecer do Instituto Regulador de Águas e Resíduos”*.
- O Despacho da Sr.ª Ministra fixa um aumento superior, não só ao que vinha sendo usual, mas também superior ao recomendado pelo Parecer da ERSAR, sem qualquer fundamentação sobre a razão deste aumento, o que revela uma arbitrariedade totalmente reprovável;
- Os municípios negociaram recentemente com a SIMARSUL diversos acordos para o pagamento de faturas em atraso, provocando este aumento um agravamento da situação financeira no que respeita ao cumprimento desses acordos.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão pública, a 17 de abril de 2013, delibera:

- manifestar a sua inteira discordância com este despacho da Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, pela arbitrariedade que o mesmo demonstra e pelo agravamento que tal aumento provocará nas finanças da autarquia e na situação económica das famílias;
- exigir à Sr.ª Ministra a divulgação do estudo e da fundamentação económico-financeira que determinou tal percentagem de aumento, em desrespeito pelo próprio parecer da ERSAR;
- dar conhecimento desta posição à Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, ao C.A. da SIMARSUL, à ERSAR, à Assembleia da República, à Assembleia Municipal de Palmela e à comunicação social.”

Sobre a *Moção (Tarifário da SIMARSUL)* intervieram:

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** apresenta cumprimentos.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que os Vereadores do P.S. vão votar a favor da Moção apresentada, dado que parece estar-se num ano de desentendimento entre as entidades e as tutelas em relação ao aumento das tarifas. Crê que a moção deixa implícito e poderia tornar explícita esta questão de haver praticamente uma indecisão e de não saber com o que se conta, porque faz um histórico das percentagens (de 10, 5 e 7). Opina que esta matéria devia ser explicitada, mas de toda a maneira está subentendida.

Mais menciona que gostaria, ainda, de perceber, em termos do *Orçamento 2013*, qual foi o aumento previsto pela Câmara Municipal, ou seja, se considerou alguma das percentagens que

são expressas na Moção para a elaboração do seu Orçamento. Gostaria, igualmente, de tentar perceber se este aumento não tem impactos nem fere o Acordo existente entre a Câmara Municipal de Palmela e a SIMARSUL (Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.) relativamente ao pagamento da dívida. Há alguma interferência com este Acordo?

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** observa que a discussão sobre a presente Moção vai permitir explicar a quem ouve o porquê deste histórico e aquilo que está em causa. É que, não obstante, os Municípios terem sido forçados a aderir a este sistema, porque sempre preferiram um sistema intermunicipal a um sistema multimunicipal que tem como acionista maioritário o grupo EGF/Águas de Portugal que, agora, se pretende privatizar, explica que, o que neste momento está em causa, é a tentativa de impor aos Municípios uma fusão de sistemas multimunicipais que vem desde as águas do Zêzere até à península de Setúbal, obrigando mais de noventa e seis Municípios a ficar juntos. E, para equilibrar a questão das tarifas a nível nacional, fazer com que os Municípios da península de Setúbal venham a ter de pagar mais para compensar as derrapagens que existem nesta matéria, sobretudo a Norte do Tejo. Confrontados com esta tentativa de imposição da fusão e da verticalização pelos estudos apresentados, a tarifa praticada pela SIMARSUL não obstante ser cara (e convém explicar que ela é cara, porque a SIMARSUL continua sem conseguir receber os 10 milhões de euros dos fundos de coesão para o tratamento dos afluentes das suiniculturas a que tem direito, o Estado português não tem feito nada para que isso aconteça, assim como, continua sem resolver a questão da integração do Município de Setúbal que, estando devidamente integrado, tem o 'absurdo' de uma dupla concessão do Estado para o território – tem a concessão à SIMARSUL, mas permite que se mantenha a concessão de Setúbal à empresa Águas do Sado – Setúbal. Como não está integrado não está a participar no pagamento do sistema, logo surgem reflexos na tarifa, caso contrário a tarifa praticada pela SIMARSUL podia ser mais barata). Estas são razões para o Município de Palmela e, igualmente, os Municípios que constituem o sistema multimunicipal da SIMARSUL se oporem à fusão. O grupo Águas de Portugal (como acionista maioritário) deu instruções para se aumentar a tarifa, no mínimo, em 10% e, assim, ficariam como uma tarifa superior à dos outros sistemas com os quais querem obrigá-los a associarem-se e teriam o argumento que os preços baixariam. Isto é uma "jogada de chantagem" inaceitável para todos os Municípios que participam no sistema e se têm oposto firmemente a esta tentativa de "cozinhar o sistema" para o entregar à exploração de acionistas privados.

Sobre as questões concretas colocadas pela Sr.^a Vereadora Natividade Coelho, o **Sr. Vereador Álvaro Amaro** explica que o Orçamento da Câmara Municipal não contou com este aumento, e este é tanto mais gravoso quanto é retroativo a janeiro de 2013. A Câmara Municipal de Palmela não viu necessidade desse aumento por saber quanto paga mensalmente, além de que esse pagamento foi estipulado por estimativa do número de residentes, de acordo com estimativas que constam no PDM (Plano Diretor Municipal) de cada Município. Desde final de

2012, que o Município de Palmela passou a ter medições reais dos caudais. Existe um caudalímetro à entrada de cada ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) para medir os metros cúbicos de água que entram para tratamento. Aquilo que está a ser pago é na base de um total de metros cúbicos superior à medição real. Ainda havia a esperança de que a fatura viesse a baixar. Adianta que a faturação com base nos caudais reais ainda não está em vigor, porque isso obriga ao acordo de todas as entidades concedentes. A entidade reguladora já deu “luz verde” sobre esta matéria, mas aguarda que todos se manifestem. Regista que na alteração orçamental já foi introduzido o agravamento de 7%. Quando se vier a operar a faturação com base nos caudais reais (não se sabe quando entrará em vigor) o valor pode vir a ser reduzido. O que está em causa é que todas as tentativas são no sentido de aplicar uma filosofia aos sistemas de recuperação total dos custos de investimento, sendo esses custos imputados ao utilizador final. Se o Município de Palmela imputasse aos munícipes o valor real dos custos do tratamento dos seus afluentes teria de haver aumentos na ordem dos 479%, conforme explicado na informação técnica que acompanha a proposta. A Câmara Municipal de Palmela decidiu não avançar por essa via, tendo em consideração que as famílias e as empresas não têm condições para suportar esse aumento.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** menciona que esta é uma temática que vai voltar à ordem do dia. Para já, a maioria em gestão na Câmara Municipal de Palmela entende que há espaço para reclamar da decisão que foi tomada, tentar travar e impugná-la e, sobretudo, voltar a discutir a questão da fusão da SIMARSUL, que vai obrigar o Município de Palmela a integrar um sistema no meio de outros noventa e seis Municípios. Repare-se que o Município de Palmela, sendo hoje um dos acionistas minoritários da SIMARSUL já tem imensa dificuldade em fazer ouvir a sua voz e o interesse dos seus munícipes, imagine-se o que será isto num sistema em que ainda vai pagar mais para poder compensar outros que foram menos previdentes e rigorosos nos investimentos que fizeram ao longo dos anos. A questão da privatização das águas e do saneamento será certamente uma matéria recorrente na discussão política nos próximos meses e, no entendimento da maioria neste executivo, não deve avançar.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que se mantêm as dúvidas por si apresentadas.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** esclarece que o acordo do pagamento da dívida à SIMARSUL está negociado nos termos em que foi aprovado em reunião de Câmara.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** repara que, apesar da informação datada de outubro de 2012, só se acautelaram 7% (de reforço) na 1.ª alteração orçamental.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere-se à intervenção proferida pelo Sr. Vereador Álvaro Amaro, concretamente *"(...) a maioria em gestão na Câmara Municipal de Palmela entende que há espaço para reclamar da decisão que foi tomada, tentar travar e impugná-la*

(...)”, o que significa que além da apresentação da presente Moção para discussão e votação existem outras iniciativas em trânsito.

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

Pela **Sr.^a Presidente** foi apresentada a seguinte Saudação:

(A Saudação a seguir transcrita contempla as alterações sugeridas pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa).

SAUDAÇÃO (25 de Abril e 1.º de Maio):

“Ao comemorarmos os 39 anos da Revolução de Abril, não podemos ignorar a profunda crise económica, social e política em que vivemos.

As grandes conquistas de Abril estão hoje ameaçadas como se fossem a causa da crise. O emprego, a segurança social, a justiça, a saúde, a habitação, cultura e o ensino não são regalias: são direitos de todos os cidadãos, essenciais à nossa liberdade e independência nacional.

A crise encontra as suas razões na destruição de todos os pilares desenvolvimento económico e social, no ataque sem precedentes ao poder local democrático, no desmantelamento de serviços públicos essenciais, na subversão dos princípios mais elementares de desenvolvimento social e económico do Estado democrático.

O que hoje nos atormenta, o que hoje desespera tantas famílias e angustia os milhões de jovens, de desempregados, de reformados do nosso país, exige de todos nós a defesa de Abril, dos seus princípios de igualdade, de liberdade e da dignidade que nos conferem o trabalho e a sua justa retribuição, a educação e a cultura, o direito de opinião, de intervenção e de escolha.

É nesse sentido que devemos comemorar a Revolução e homenagear todos os homens e mulheres que nos deram um exemplo maior de cidadania ao lutarem contra o fascismo e pela liberdade que nos permite hoje voltar com urgência a Abril.

O 25 de Abril foi há 39 anos.

Tempo bastante para entendermos o sentido da luta pelos direitos dos trabalhadores, da Constituição da República Portuguesa e da independência nacional.

Tempo bastante para nos fixarmos no essencial das nossas vitórias coletivas.

Tempo bastante para que a história de Abril seja relatada, contada e divulgada com a alegria da Liberdade, da Democracia e da Solidariedade.

Tempo bastante para entendermos o sentido da Democracia e do Desenvolvimento que nos torna livres. Cumprindo Abril.

Reunida em sessão pública, em Palmela, a 17 de abril de 2013, a Câmara Municipal de Palmela delibera:

- Saudar a Revolução de 25 de Abril e convidar a população a associar-se às comemorações do seu 39.º aniversário;
- Saudar os trabalhadores e as trabalhadoras do concelho de Palmela por ocasião do 1.º de Maio, solidarizando-se com a defesa dos seus direitos.”

Sobre a Saudação (25 de Abril e 1.º de Maio) intervieram:

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que as Saudações que se possam fazer em relação ao *25 de Abril e 1.º de Maio* em todos os fóruns são sempre poucas e, naturalmente, os Vereadores Socialistas vão votar favoravelmente a Saudação apresentada.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** tece ainda as seguintes considerações:

- . Lamenta que a Saudação tenha de ter tantos parágrafos de tormenta e sofrimento, mas a situação económica e social assim o exige, porque o *25 de Abril* devia ser sempre festa;
- . Sobre o texto da Saudação, na explanação relativamente às comemorações há um momento festivo muito importante que deve ser referenciado: a *Sessão Solene da Assembleia Municipal*;
- . Apela a todos e a todas para que as comemorações do *25 de Abril e 1.º de Maio*, quer no Município de Palmela, quer noutros Municípios e em termos nacionais, o poder local se manifeste.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** apresenta cumprimentos.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** expressa o facto de as Moções e/ou Saudações serem sempre feitas para pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos. Parece-lhe que os textos deste tipo de documentos devem ser elaborados na perspetiva de quem é mais novo e não viveu ou não estava ligado ao *25 de Abril*. Sugere que se inclua na presente Moção o seguinte parágrafo: "*Tempo bastante para que a história de Abril seja relatada, contada e divulgada com a alegria da Liberdade, da Democracia e da Solidariedade.*"

A **Sr.ª Presidente** aceita a sugestão formulada pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa. O texto da Moção remete para a ideia do que *Abril* trouxe e daquilo que interessa e se impõe: lutar, lutar porque há uma série de conquistas de *Abril* que estão hoje ameaçadas como se fossem a causa da crise: emprego, segurança social, justiça, saúde, habitação, cultura e ensino. Importa hoje voltar a *Abril* e, igualmente, entender o sentido da luta dos trabalhadores, e não olhar 'simplesmente' para o *25 de Abril* como aquela data que é festiva, mas já nem se sabe bem porquê, sobretudo quando se foram perdendo tantos dos ideais de *Abril*.

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

Pelo **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** foi apresentado o seguinte Voto de Congratulação:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO (Joana Branco):

"A Câmara Municipal de Palmela saúda e felicita a jovem Joana Branco de 11 anos de idade que frequenta o 6.º ano da Escola Básica José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, e que se sagrou pela segunda vez campeã nacional dos 1.000 metros do Megasprint Nacional, desta feita em infantis B femininos.

A prova realizou-se no passado dia 06 de abril no Estádio Municipal do Parque da Cidade de Vila Nova de Gaia.

Este é um projeto especial do Desporto Escolar em parceria com a Federação Portuguesa de Atletismo e que conta com a participação de cerca de 800 jovens de todo o país.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 17 de abril de 2013, felicita a jovem campeã fazendo votos para que possa continuar a competir, a vencer, mas principalmente a fazer o que gosta – correr."

Submetido o Voto de Congratulação a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade e em minuta.

• ***Iluminação Pública – Largo de S. João (em Palmela)*** – A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** chama a atenção para o facto de o *Largo de S. João (em Palmela)* estar completamente às escuras e só a partir da localização da Escola de 1.º ciclo é que há uma réstia de luz. Pergunta se esta situação se deve a alguma avaria. Salienta que o *Largo de S. João* é o principal espaço público de Palmela onde as pessoas se costumam reunir e a escuridão é demasiada.

• ***Iluminação Pública – Urbanização Val'Flores e outras (em Pinhal Novo)*** – O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** repara que é praticamente inexistente a *Iluminação Pública entre as traseiras da Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e as vivendas que estão construídas em Val'Flores (em Pinhal Novo)*. Verifica-se que a paralela à linha férrea tem iluminação e, em sua opinião, seria preferível desligar as iluminárias junto à linha férrea, porque não passa ninguém, e se crie um espelho de luz nos locais antes identificados onde há muitas pessoas que com o tempo mais aprazível andam a passear, a correr e a andar de bicicleta.

Em face das questões apresentadas no *Período Antes da Ordem do Dia*, foram dadas as seguintes respostas:

– Iluminação Pública – Largo de S. João (em Palmela) – *(Questão colocada pela Sr.^a Vereadora Natividade Coelho)* – O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** explica que a situação descrita foi reportada à Câmara Municipal pelos munícipes e trabalhadores da Autarquia, e imediatamente foi transmitida a EDP (Eletricidade de Portugal) para se deslocar ao local e verificar o armário da EDP. Não se tratou duma avaria, mas sim dum disjuntor desligado inexplicavelmente. Julga que a situação tenha ficado regularizada ontem, conforme comunicação feita pela Divisão de Logística da Câmara Municipal.

– Iluminação Pública – Urbanização Val'Flores e outras (em Pinhal Novo) – *(Questão colocada pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa)* – O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** menciona que o Sr. Vereador José Carlos de Sousa já deve ter verificado que outros desligamentos foram promovidos naquela zona (entre as traseiras da superfície comercial e o edifício plurifamiliar Val'Flores residence, e o desligamento ainda não foi realizado na zona das moradias (onde não parece justificar-se), porque esse PT (Posto de Transformação) ainda não foi rececionado pela EDP e, assim que o seja, e o contrato seja celebrado, e seja a Autarquia a pagar aquela IP, irá desligar criteriosamente deixando a zona das moradias, quer à frente, quer atrás, devidamente iluminada. Quanto à zona intermédia considerou-se que a iluminação não se justifica e foram dadas instruções à empresa para, sempre que possível, colocar avisos e obstáculos em zonas que podem oferecer perigo para os transeuntes. Há lotes que estão abandonados. Espera-se que a parte da infraestrutura elétrica seja concluída para o corredor central da zona em condições de ser utilizado e, também, na zona mais próxima da Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral que vai ser, igualmente, alvo de um desligamento criterioso, mas primeiro é necessária a receção dos trabalhos e a contratualização com a EDP.

Conclui dizendo que, embora persistam alguns problemas, a maioria estão ultrapassados, mas as demais situações estão a ser monitorizadas.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Finanças / Divisão de Administração Geral / Seção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Dr. José Monteiro e Dr.^a Pilar Rodriguez, no período de 03.04.2013 a 16.04.2013.

ASSUNTOS DESPACHOS PELO SR. VEREADOR DO PELOURO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Vereador Álvaro Manuel Balseiro Amaro, no período de 01.04.2013 a 12.04.2013.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

A **Sr.ª Presidente** dá conhecimento que os pagamentos autorizados, no período compreendido entre os dias 03.04.2013 a 16.04.2013, somaram o valor de 623.738,06 € (seiscentos e vinte e três mil, setecentos e trinta e oito euros e seis cêntimos).

A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

A **Sr.ª Presidente** informa que o balancete do dia 16.04.2013, apresenta um saldo de 1.573.080,46 € (um milhão, quinhentos e setenta e três mil, oitenta euros e quarenta e seis cêntimos), dos quais:

Dotações Orçamentais – 765.422,93 € (setecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois euros e noventa e três cêntimos);

Dotações Não Orçamentais – 807.657,53 € (oitocentos e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos).

ORDEM DO DIA

I – APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18.09, e bem assim do que se dispõe o n.º 2 e n.º 4, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15.11, na redação do Decreto-Lei 6/96, de 31.01 (C.P.A.), a Câmara Municipal deliberou a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pela Exm.ª Senhora Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, **por unanimidade**, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

ATA n.º 01/2013, da reunião ordinária 09 de janeiro de 2013 – Atendendo a que o Sr. Vereador José Carlos de Sousa tem alterações a apresentar a esta Ata, e a sua solicitação, fica a aprovação da mesma adiada para a reunião de Câmara ordinária a efetuar em 08 de maio de 2013.

II – GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pela **Sr.ª Presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação – Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_08-13:

«De acordo com o Regime Jurídico do Associativismo Municipal, a eficácia dos estatutos e do acordo constitutivo das associações de municípios de fins específicos, está sujeita a ratificação pelas assembleias municipais dos municípios associados.

Deste modo **propõe-se**, de acordo com o disposto no nº 4 artigo 34º, da Lei nº 45/2008, de 27 de agosto, que a Câmara Municipal submeta a deliberação da Assembleia Municipal, para ratificação, o Acordo Constitutivo e a Escritura - cujos Estatutos constituem parte integrante – da CD - ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação, documentos que se anexam, sendo parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

III - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Antes da apresentação da proposta de *Prestação de Contas 2012*, a **Sr.ª Presidente** lê a Introdução que faz parte integrante deste documento e se transcreve em seguida:

INTRODUÇÃO:

"O Orçamento para 2012 e as Grandes Opções do Plano foram construídos sob forte contenção financeira, num quadro de crise económica do país, obrigando, de uma forma geral, toda a administração pública e, em particular a administração local, a alterações profundas na sua organização interna, nos seus investimentos e ações, condicionando fortemente os programas de trabalho definidos em início de mandato.

No caso concreto das autarquias locais, este esforço de ajustamento dos objetivos aos meios sofreu, ao longo do ano, várias e inesperadas alterações. Os municípios foram confrontados com novas leis que, no seu conjunto, representam a maior descaracterização de sempre do poder local democrático, não só através do desrespeito pela sua autonomia política, mas também pelo grande estrangulamento financeiro que impõem.

A pretexto da crise económica, cujas responsabilidades não podem ser imputadas ao poder local, a legislação aprovada reflete uma visão centralista, assente numa cultura antidemocrática e elitista da política, num quadro de profundo desrespeito pelo papel das autarquias na história do desenvolvimento no nosso país, e também dos autarcas e das populações que os elegem diretamente.

As consequências da reforma da administração local, ditada pelo governo, foram objeto de vários debates no concelho de Palmela, designadamente no que se refere à organização do território e alteração do mapa autárquico, com extinção de freguesias. A significativa participação dos munícipes e o apoio aos órgãos autárquicos reforçaram as posições de rejeição do conjunto de leis e propósitos governativos contra o poder local.

São particularmente gravosas as propostas de lei de alteração das atribuições e competências dos municípios e a criação de entidades supramunicipais, de carácter obrigatório - contrariando o natural associativismo entre os municípios e, ao mesmo tempo, colocando cada vez mais longe o desígnio das regiões, únicas autarquias supramunicipais, consagradas na Constituição - e o novo regime jurídico sobre delimitação de setores, específico para a gestão das águas e resíduos. No seu conjunto, é uma legislação que não pretende qualificar o serviço prestado às populações, retirando capacidade de intervenção às câmaras municipais e privatizando setores estratégicos do serviço público.

A obrigatoriedade de redução do número de trabalhadores e do quadro dirigente, a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, a reorganização administrativa, com extinção de freguesias, são algumas das medidas que prejudicaram o normal funcionamento dos municípios. A alteração das regras a meio do ano (e do mandato), contribuíram para uma instabilidade sem precedentes nas organizações, numa altura em que novos e redobrados esforços eram necessários para encontrar as respostas adequadas à situação social emergente.

Apesar deste quadro de grandes dificuldades e incertezas, os objetivos foram, no entanto, genericamente cumpridos, com grande empenho e criatividade de trabalhadores e dirigentes e uma forte ligação à comunidade, aos parceiros locais, instituições e associações que, face à

crise, souberam encontrar respostas alternativas, numa base de diálogo e cooperação permanentes que é justo reconhecer e valorizar.

Qualificação e Modernização do Serviço Público

Um serviço público moderno, mais próximo dos cidadãos e mais eficaz na concretização dos seus objetivos exige uma atualização permanente dos seus recursos.

Na sequência dos investimentos e ações concretizados em 2010 e 2011, 2012 revelou-se um ano de confirmação e consolidação dos grandes projetos no domínio da qualificação e modernização do serviço público.

O atendimento municipal descentralizado, a Loja do Cidadão e os serviços de atendimento móvel alargaram o âmbito de intervenção e os serviços prestados e disponibilizados pelo Município, sendo 2012 um tempo de consolidação técnica e qualitativa das respostas.

Este trabalho desenvolveu-se em três frentes específicas, que se podem traduzir na melhoria da organização e das ferramentas disponíveis, na eficácia dos serviços prestados e na qualificação e formação dos recursos humanos.

Internamente, destaca-se a adoção de uma nova aplicação - SIDAM (Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal), um plano de classificação documental e formalização de procedimentos de comunicação interna. Foram, por outro lado, disponibilizados novos serviços online (no sector das águas, consulta de contratos e comunicação de leituras, domiciliação bancária).

A Loja do Cidadão passou a dispor de um balcão de acolhimento e viu reforçados os serviços da Segurança Social. No total, foram registados 65.516 atendimentos, dos quais 61.583 presenciais. A Segurança Social deu resposta a 18.700 atendimentos e a Loja Móvel do Cidadão confirmou a importância deste serviço, num concelho com a dispersão populacional de Palmela – as populações das freguesias rurais de Marateca e Poceirão foram as que mais beneficiaram da Viatura Móvel de Atendimento (VAM), que somou cerca de quatro mil atendimentos.

Neste âmbito, sublinhe-se o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Município de Palmela no âmbito do Periphèria, um projeto transnacional (12 parceiros, de Portugal, Suécia, Itália, Alemanha e Grécia) que visa implementar uma plataforma internet inovadora para o fornecimento de serviços. Em Palmela, o projeto incide na consolidação e disseminação de serviços municipais móveis (através da VAM) e a criação de novos recursos que aproximem os serviços públicos dos cidadãos.

No sentido de garantir também a qualificação e formação contínua dos trabalhadores da Autarquia, atualizando os seus conhecimentos e reforçando as suas competências, foi possível, apesar dos constrangimentos financeiros, concretizar as ações de formação já previstas. Quer através do Programa Operacional Potencial Humano, quer com recurso à bolsa de formadores internos, foram asseguradas 1.145 participações em ações de formação, ao longo de todo o

ano. No total, entre 2010 e 2012, a formação registou 4.655 participações, sendo os assistentes técnicos e os assistentes operacionais os dois grupos profissionais que reuniram a maioria das ações. (com 38 e 29%, respetivamente).

A Câmara Municipal de Palmela atingiu, em dezembro de 2012, o número mais baixo de trabalhadores, desde 2004, com 944 elementos. Mais de 50% dos seus efetivos são assistentes operacionais, 56% do total são mulheres e 44% homens. Nesta matéria, devemos sublinhar que a redução do número de trabalhadores e a impossibilidade de recrutar novos profissionais, independentemente das áreas, obriga a um esforço suplementar para evitar uma diminuição da qualidade do serviço prestado, nomeadamente nas áreas operacionais.

Desenvolvimento Educativo, Social, Cultural e desportivo

Face às contingências económicas e financeiras, houve uma necessidade imperiosa de garantir, em primeiro lugar, o essencial das competências municipais e a satisfação das necessidades das crianças e respetivas famílias, no domínio da Educação - as despesas de funcionamento dos edifícios do pré-escolar e do 1º ciclo (mais de 800 mil euros) os transportes escolares (mais de um milhão de euros), a alimentação escolar e os apoios sociais (mais de um milhão de euros), fundamentais num quadro de crise como o que vivemos.

O conjunto de investimentos que o Município concretizou nos últimos anos – absolutamente necessários face ao aumento previsível da população em idade escolar, e de acordo com a Carta Educativa aprovada – colocou Palmela num patamar de exigência elevado, com a construção ou remodelação de escolas do primeiro ciclo de grande qualidade e uma cobertura do pré-escolar que supera os 90%, entre o público, o privado e o solidário. Essa realidade permitiu que, ao longo de 2012, as intervenções em equipamentos fossem limitadas a pequenas e médias beneficiações e requalificação dos espaços (cerca de duas dezenas de obras), centrando os esforços na ação social escolar – uma refeição diária gratuita e auxílios económicos diretos foram assegurados a mais de 38% dos alunos do ensino básico (1.344 e 1.071 alunos, respetivamente). Os transportes escolares foram garantidos a 2.492 alunos do ensino básico e secundário que vivem a mais de dois quilómetros dos estabelecimentos de ensino (a lei determina a mais de quatro quilómetros), tendo em conta a dispersão populacional e a limitada oferta de transportes no concelho.

No plano cultural, houve alterações profundas quanto ao papel dinamizador do município no desenvolvimento das atividades, nas suas diversas expressões, reafirmando uma linha de trabalho já adotada nos anos anteriores, face às sucessivas restrições orçamentais.

Em diálogo permanente com as estruturas associativas, o Município procurou encontrar respostas técnicas e logísticas que permitissem a concretização dos seus projetos, apesar da inevitável redução dos apoios financeiros previstos nos protocolos de colaboração. Cerca de 160 iniciativas culturais vieram confirmar a maturidade e a criatividade do movimento associativo do concelho e a sua compreensão face às contingências do município.

Os equipamentos municipais - com destaque para o Cine Teatro S. João, remodelado em 2010 - acolheram uma programação regular e variada, sendo de sublinhar as parcerias locais com o movimento associativo e os agentes culturais que se constituíram como elementos nucleares desta atividade. Foram também intensificadas as coproduções e acolhimentos em regime de bilheteira que permitiram a apresentação de espetáculos de grande qualidade, designadamente nas áreas da música, do teatro e da dança. No total, registaram-se 43.487 presenças em iniciativas nestes equipamentos.

No desporto, os programas de desenvolvimento de diversas modalidades – atletismo, basquetebol, ciclismo, ginástica e judo - contam com apoio específico ao movimento associativo e têm-se revelado fundamentais na formação e prática de milhares de atletas no concelho e, muitas vezes, a alternativa ao crescente desinvestimento da administração central no desporto escolar. No seu conjunto, os programas e projetos municipais desportivos movimentaram 7.977 praticantes, em 2012.

O programa "Mexa-se em Palmela", que permite uma prática desportiva informal ao ar livre e intergeracional, consolidou-se como uma alternativa, com grande adesão de participantes. O "+ 60" – Programa Municipal de Atividade Física foi reformulado, em setembro, dando origem ao 50+" - Programa de Exercício, o que permitiu um aumento da participação, de acordo com a procura.

Na sua 23.^a edição, os Jogos Desportivos Escolares continuaram a contar com o grande envolvimento municipal, designadamente, através de apoio logístico, cedência de transporte e apoio financeiro aquisição de material desportivo.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A quase totalidade das ações do projeto de Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Palmela foram concluídas em 2012, recuperando, como a Autarquia previa, os atrasos que, por razões várias, nomeadamente as especificidades de intervenção num espaço classificado, abrangendo uma multiplicidade de intervenções, se verificaram, em 2010 e 2011.

Financiado pelo QREN, este projeto constitui uma experiência única de trabalho interno, interdisciplinar, e de envolvimento de sectores muito distintos da vida local, pela sua abrangência e objetivos – 40 ações, da responsabilidade da Câmara Municipal e mais de uma dezena de parceiros, contribuem para a qualificação do espaço público, o desenvolvimento económico, cultural e social. É um projeto que integra componentes de reabilitação do património (Castelo e Casa Hermenegildo Capelo), remodelação de infraestruturas e renovação de calçadas nas principais artérias do Centro Histórico, recuperação de espaços públicos e jardins (Parque Venâncio Ribeiro da Costa e Miradouro), mas também uma componente de animação cultural e social (projetos de animação do espaço público, obras nas sedes das duas filarmónicas centenárias da vila de Palmela, entre outros) e uma vertente de dinamização da economia local, designadamente na sua ligação aos produtos tradicionais.

No domínio das infraestruturas, foram concluídas ou entraram em fase de conclusão empreitadas de ampliação, remodelação e conservação da rede viária, águas e saneamento, nomeadamente, a repavimentação do caminho municipal (CM) 1054 – Vale de Barris, a drenagem e pavimentação da Azinhaga dos Carvalhos, em Palmela, e a empreitada de infraestruturas do Poceirão (rede de águas pluviais, domésticas e remodelação de rede de abastecimento de água).

Num quadro de grandes restrições orçamentais, as brigadas de trabalhadores da autarquia realizaram largas centenas de intervenções por administração direta, de beneficiação e reparação da rede viária, nas águas e saneamento, nos espaços verdes, nos equipamentos municipais, nas viaturas, máquinas e outros instrumentos de trabalho.

Foi também iniciada a construção do Quartel do Destacamento Territorial de Palmela da GNR, cuja conclusão se prevê para maio de 2013. Trata-se de um investimento financiado pela administração central, mas que decorre sob a responsabilidade e acompanhamento da Câmara Municipal. As novas instalações constituem uma necessidade absoluta para o reforço da segurança no concelho e resultam de um grande empenhamento do Município de Palmela, que adquiriu e cedeu o terreno para o efeito.

Prosseguiram os trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), mantendo-se uma grande preocupação face à proliferação de nova legislação pouco clara e, até, contraditória. Continuaram a verificar-se alterações das regras e do quadro normativo de enquadramento para a prossecução dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, com reflexos no desenvolvimento das ações e projetos inerentes. Também se continua a verificar o não cumprimento dos prazos para a emissão de pareceres por parte da Administração Central, apesar das diligências do Município.

Promoção e Valorização da Economia Local

O trabalho neste domínio tem como suporte uma relação estreita de cooperação e parceria com os produtores e agentes económicos do concelho e as associações que os representam.

A promoção dos produtos locais de qualidade e de atividades relacionadas com o mundo rural têm constituído um importante eixo estratégico do desenvolvimento sustentável do território. Nesse sentido, o Município tem apoiado as iniciativas que concorrem para estes objetivos e que conquistaram um espaço no calendário de eventos nacionais. Entre eles, estão a Festa das Vindimas (50ª edição), o Festival do Queijo, Pão e Vinho (19.ª edição), a Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó e a Feira Agrícola e Comercial de Poceirão (23.ª edição).

Palmela foi, em 2012, a primeira "Cidade Europeia do Vinho", título atribuído pela RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho, após candidatura apresentada pelo Município. A distinção permitiu, ao longo do ano, promover Palmela como destino enoturístico e os vinhos da região na Europa e no Mundo. O programa integrou mais de uma centena de iniciativas, promovidas

pelo Município e parceiros da candidatura, reunindo em Palmela centenas de milhares de visitantes, constituindo uma excelente oportunidade de projeção para as adegas e produtores, comércio e restauração e outros agentes económicos do concelho. Em 2011, coubera a Palmela a distinção de Cidade do Vinho, atribuída pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Análise Orçamental e Patrimonial

Em 2012, a situação económica e financeira sofreu um profundo agravamento, com reflexos na gestão municipal.

As receitas arrecadadas, cerca de 41 milhões de euros, foram praticamente iguais às obtidas em 2011 e apresentam uma taxa de execução de 78%. Comparativamente a 2009, as receitas diminuíram cerca de 8,6 milhões de euros.

Os Impostos Diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama sobre o IRC) apresentam um valor de 16,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 40% do total da receita arrecadada.

As transferências de capital aumentam 60,5%, resultantes da concretização dos investimentos de recuperação e revitalização do Centro Histórico de Palmela, comparticipados pelo QREN.

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 41,1 milhões de euros, mais 2,9% que no ano transato, dos quais, 20,2 milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 76,3%.

As despesas com pessoal, relativas a um total de 944 trabalhadores (menos 41 que no ano transato), representam 16,3 milhões de euros, um decréscimo de 10,6% face ao ano anterior.

Os investimentos tiveram um acréscimo de 122%, e um valor absoluto de 5,8 milhões de euros.

A rubrica de Passivos Financeiros inclui 1,5 milhões de euros, referentes à utilização do empréstimo de curto prazo, totalmente amortizado, e a amortização de empréstimos que, globalmente, regista uma diminuição de 17,1%.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 12,6 milhões de euros, inclui de 3,5 milhões de euros de faturação transitada do ano 2011 e pagamento de serviços públicos essenciais - tratamento de águas residuais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, energia elétrica consumida em edifícios, estações de tratamento de águas e iluminação pública, refeições e transportes escolares. O valor global tem um acréscimo de 10,2%.

Na despesa, verifica-se uma diminuição acentuada em áreas de funcionamento da estrutura, em resultado de medidas aplicadas para a sua redução: aluguer de instalações (-24,1%); combustível (-34,3%); material de escritório e consumíveis (-23,6%).

Apresentam aumentos significativos os encargos com energia elétrica, em consequência do aumento da taxa do IVA para 23%, efetuada no último trimestre do ano de 2011: encargos com instalações (22,9%); iluminação pública (27,9%); funcionamento das ETAS (15,4%).

Na rubrica de aquisição de serviços, procedeu-se a um pagamento de mais 1,3 milhões de euros aos sistemas multimunicipais, face aos pagamentos efetuados em 2011.

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2012, cerca de 4,4 milhões de euros são considerados pagamentos em atraso, nos termos da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, de um total de 10,5 milhões de euros, estando estabelecidos acordos de pagamentos com fornecedores no valor de 5,7 milhões de euros. À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 4,1 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados não foram fornecidos pela Autoridade Tributária.

As dificuldades sentidas pelo setor empresarial, designadamente, no acesso ao financiamento bancário, refletem-se no conjunto de licenças urbanísticas que ficaram por levantar e, consequentemente, por liquidar, facto que condicionou alguns indicadores e desempenho financeiro do município.”

Em seguida, a **Sr.ª Presidente** passa à apresentação da proposta *Prestação de Contas 2012*:

PONTO 2 – Prestação de Contas 2012.

PROPOSTA N.º DAF 01_08-13:

«A Prestação de Contas, relativa ao ano económico de 2012, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano continua a refletir as dificuldades económicas e financeiras existentes a nível nacional e local.

As dificuldades sentidas pelo setor empresarial, designadamente, o seu financiamento bancário, tiveram como consequência, entre outras, a não liquidação de taxas municipais e o não levantamento de licenças urbanísticas, facto que condicionou alguns indicadores e desempenho financeiro do município.

As receitas municipais arrecadadas no ano 2012, no valor de cerca de 41 milhões de euros, foram praticamente iguais às arrecadadas em 2011 e apresentam uma taxa de execução de 78%. Comparando o volume de receita arrecadada este ano, com o ano de 2009 as receitas diminuíram cerca de 8,6 milhões de euros.

Os Impostos Diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama sobre o IRC) apresentam um valor de 16,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso (40%) do total da receita arrecadada.

As transferências de capital aumentam 60,5% resultantes da concretização dos investimentos de recuperação e revitalização do centro histórico de Palmela, comparticipados pelo QREN.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 41,1 milhões de euros, mais 2,9% que no ano transato, dos quais, 20,2 milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 76,3%.

As despesas com pessoal, no valor de 16,3 milhões de euros, tiveram um decréscimo de 10,6% comparativamente com o ano anterior, e remuneraram um total de 944 trabalhadores (menos 41 que em 2011).

Os investimentos tiveram um acréscimo de 122%, e um valor absoluto de 5,8 milhões de euros.

Na rubrica de Passivos Financeiros está incluído o valor de 1,5 milhões de euros referentes à utilização do empréstimo de curto prazo, totalmente amortizado, e no global a amortização de empréstimos teve uma diminuição de 17,1%.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 12,6 milhões de euros, inclui 3,5 milhões de euros de faturação transitada do ano 2011 e pagamento de serviços públicos essenciais como seja: tratamento de águas residuais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, energia elétrica consumida em edifícios, estações de tratamento de águas e iluminação pública, refeições e transportes escolares. O valor global tem um acréscimo de 10,2%.

Analisando o comportamento de alguns tipos de despesa verifica-se uma diminuição acentuada em áreas de funcionamento da estrutura, resultado de medidas aplicadas com o objetivo de reduzir despesa, encontrando-se nesta situação, por exemplo:

- Locação de edifícios – (- 24,1%);
- Comunicações – (- 34,3%)
- Combustível – (- 7,2%)
- Material de escritório e consumíveis – (- 23,6%)

Apresentam aumentos significativos os encargos resultantes de pagamento de energia elétrica em consequência do aumento da taxa do IVA para 23% efetuada no último trimestre do ano de 2011, dos quais:

- Encargos com as instalações – (22,9%)
- Iluminação Pública – (27,9%)
- Funcionamento das ETAS – (15,4%)

Embora não se registasse aumento significativo no custo com os sistemas multimunicipais, a rubrica de aquisição de serviços tem um acréscimo de cerca de 1,3 milhões de euros de pagamentos, comparado com os pagamentos do ano 2011.

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental.

No final do ano 2012 cerca de 4,4 milhões de euros são considerados pagamentos em atraso, nos termos da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, de um total de 10,5 milhões de euros, estando estabelecidos acordos de pagamentos com fornecedores no valor de 5,7 milhões de euros. À mesma data estavam por receber de dívidas ao município cerca de 4,1 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, dados não fornecidos pela Autoridade Tributária.

Nos termos da Lei 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais) é apresentado o Balanço e a Demonstração de Resultados consolidado com a Palmela Desporto, EM.

Assim, **propõe-se** que:

Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, sejam transferidos para "Resultados Transitados".

Nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/02, de 11 de janeiro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2012.»

Sobre a proposta de *Prestação de Contas 2012* numerada *DAF 01_08-13* intervieram:

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** começa por salientar a dimensão e a importância do que um documento desta natureza – *Prestação de Contas* – impõe discutir. Pauta a sua intervenção pelos seguintes comentários:

- . Refere-se ao mapa relativo às propostas aprovadas por unanimidade e as propostas aprovadas por maioria, destacando que é na aprovação dos instrumentos de gestão magnos que os Vereadores do P.S. se desentendem com o executivo camarário em gestão, e a *Prestação de Contas* é um documento que resulta das opções de gestão tomadas;
- . O Orçamento 2012 sofreu sete alterações e duas revisões orçamentais;
- . Cita o primeiro parágrafo da Introdução da Sr.ª Presidente da Câmara: "(...) *O Orçamento para 2012 e as Grandes Opções do Plano foram construídos sob forte contenção financeira, num quadro de crise económica do país, obrigando, de uma forma geral, toda a administração pública e, em particular a administração local, a alterações profundas na sua organização interna, nos seus investimentos e ações,*

condicionando fortemente os programas de trabalho definidos em início de mandato (...)”. Recorda que a discussão havida, na reunião camarária de 07 de dezembro de 2011, aquando da apresentação da proposta de Orçamento 2012, o principal ponto de dissonância dos Vereadores do P.S. era a constatação que, apesar de estarem num cenário de crise económica e financeira, não havia por parte dos números apresentados uma grande diferença em relação a 2011 e que o texto da Introdução não era consonante com o documento – Orçamento 2012. Em suma: o texto da Introdução ao Orçamento não era coincidente com esse mesmo documento. Destacaria que o Orçamento 2012 não foi construído sob forte contenção financeira (como se afirma na Introdução à *Prestação de Contas 2012*), mas foi executado sob forte contenção financeira. Constitui um “choque” que, aquando da construção do Orçamento 2012, não tivesse sido tido em consideração o cenário de forte crise;

. Na presente Introdução – que acompanha a *Prestação de Contas 2012* – a Sr.^a Presidente da Câmara elenca um conjunto de constatações pertinentes para o que é o exercício de 2012 e que irão ter impacto para 2013 e anos seguintes, por exemplo: algumas aplicações legislativas que estão anunciadas, mas que ainda não tiveram o seu verdadeiro impacto no funcionamento dos Municípios. Esta enumeração é feita e culmina para uma afirmação “*os objetivos foram cumpridos*”, o que anuncia uma balança não tão apocalítica como se faria esperar visto que os grandes objetivos são cumpridos. Compreende que sejam feitas algumas comparações retroativas relativamente a alguns indicadores. Feito o exercício orçamental básico no resumo dos Orçamentos, recua-se até 2006 entre o que é o Orçamento inicial, o Orçamento final e a Prestação de Contas. O ano de 2012 está praticamente em linha com os anos de 2006, 2007, 2010 e 2011, sendo as grandes exceções os anos de 2005 e 2009. Nestes dois anos (2008 e 2009) a Prestação de Contas de cada um destes anos situa-se acima dos 50 milhões de euros; e nos anos de 2006, 2007, 2010 e 2011, a Prestação de Contas relativa a cada um destes anos varia entre os 40 e 43 milhões de euros (do ponto de vista dos Vereadores Socialistas esta é a situação real da Câmara Municipal de Palmela). É evidente que muito gostariam que se mantivessem os padrões dos Orçamentos/Prestações de Contas de 2008 e 2009, mas tal não se verificou;

. Na análise detalhada da receita dos *Impostos diretos*, destaca que todos registam aumentos, à exceção do IMT (Imposto Municipal sobre Transações). Desde 2010 que, quando é feita a comparação no relatório da *Prestação de Contas* aumentam: o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), a Derrama e o IUC (Imposto Único de Circulação), enquanto o IMT diminui. Com esta observação pretende abordar um assunto que considera muito importante e tem a ver com a injustiça que a Vereação P.S. acredita ter sido cometida, no ano de 2013, relativamente ao aumento do IMI. Em dezembro último, a Câmara Municipal tinha obrigação de ter estes indicadores em relação à

estrutura da receita e, quando apresentou o Orçamento para 2013, num cenário de forte crise para as famílias, os Vereadores do P.S. fizeram uma contraproposta. Vem agora a *Prestação de Contas 2012* mostrar a constatação que o IMI, desde 2010, tem tido um comportamento de subida, o que permitiria ter evitado esse 'castigo' às famílias;

. Numa análise à estrutura da *Despesa*, verifica-se que o total da despesa paga, durante o ano económico de 2012, foi de 41,1 milhões de euros e o valor dos compromissos assumidos foi superior (45,2 milhões de euros). A não concretização dos montantes previstos em impostos indiretos condicionou a materialização do pagamento da despesa - a "grande machadada" são os 10 milhões de euros em impostos indiretos que não foram realizados. Esta possível consequência foi apontada pelos Vereadores do P.S., na reunião de Câmara de 05 de dezembro de 2012, aquando da discussão do Orçamento 2013, e que vem agora confirmada na *Prestação de Contas 2012*. O mapa da estrutura da *Despesa* é demonstrativo das descidas, com exceção: *Aquisição de bens e serviços / Juros e outros encargos / Passivos financeiros*;

. O decréscimo das *Despesas com pessoal*, referenciado muitas vezes no relatório de *Prestação de Contas 2012* "quase uma vitória" não é visto, nem assumido, que tal se deve à imposição do governo – o não pagamento dos subsídios (férias e Natal) e a redução de 50% nas horas extraordinárias. A formulação, a este propósito, das expressões usadas no documento de *Prestação de Contas* é pouco feliz;

. Também a referência ao *decrécimo do número de trabalhadores* é pouco feliz, quando é sabido que a descida abrupta do número de trabalhadores tem a ver com medidas que foram tomadas pelo governo. Trata-se duma questão de formulação;

. Equilíbrio orçamental – os Vereadores do P.S. são de opinião que a questão do *equilíbrio orçamental* é conseguida pelo uso de uma engenharia financeira que adia o pagamento de despesas contratualizadas, visto que as *Receitas correntes* somam 33,3 milhões de euros e as *Despesas correntes* totalizam 31,9 milhões de euros. Se tivesse sido efetuado o pagamento da dívida à SIMARSUL (Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.) este *equilíbrio orçamental* não existiria. Esta mesma constatação já foi feita o ano passado, quando apresentada a *Prestação de Contas 2011*, quanto a *Outras dívidas a terceiros*. O pagamento adiado a fornecedores locais e às PME (Pequenas e Médias Empresas) é deveras preocupante. Tentou encontrar qual é o tempo médio de pagamento aos fornecedores, mas não conseguiu interpretar o mapa, pelo que formula a pergunta nesse sentido.

A **Sr.^a Vereadora Natividade Coelho** finaliza a sua intervenção, expondo as seguintes questões:

. No que concerne ao *Pessoal* - 50,3% do total de efetivos da Câmara Municipal são assistentes operacionais. Nos dados constantes deste relatório, verificam-se ter havido 41 mobilidades internas. É um número interessante, mas representa apenas 34,4%. O executivo municipal tem vindo a falar das enormes dificuldades pelas quais passam algumas áreas operacionais da Câmara Municipal. A sua reflexão / sugestão é a seguinte: com mais de 50% do total de efetivos nas áreas operacionais e existindo fortes carências, valeria a pena apostar num plano efetivo de reconversão e mobilidade interna nesta categoria, porque 95% destas pessoas detêm contratos por tempo indeterminado e devia haver uma aposta forte, quer na formação, quer na mobilidade entre serviços. Devia haver uma reflexão sobre a estrutura do pessoal e o que, aparentemente, tem estado contra possa ficar a favor da Câmara Municipal.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** denota a sua expectativa de que a Sr.^a Presidente consiga, nesta reunião, assumir que o Orçamento 2012 falhou, mas não consegue sentir isso da sua parte. Aliás, sentiu-a convicta de que a *Prestação de Contas 2012* é boa. Discorda desta posição. Ainda, referindo-se à Sr.^a Presidente, menciona que admira a sua convicção e a forma do seu discurso. Opina que a *Prestação de Contas 2012* vem confirmar que o Orçamento 2012 falhou face às circunstâncias, ao contexto em que se insere e ao que não se conseguiu objetivar. Tudo o que os Vereadores do P.S. disseram, em reunião camarária de 07 de dezembro de 2011, aquando da discussão e votação do Orçamento 2012, infelizmente, concretizou-se. O Orçamento em questão ficou muito aquém do seu objetivo inicial e do que eram as expectativas dos Municípios em relação ao serviço que a Câmara Municipal presta.

Mais refere o **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** que, o Orçamento 2013, embora mais próximo da realidade concelhia irá enfermar dos mesmos defeitos (volta a frisar "*embora seja mais consentâneo com a real dimensão do Município*"). Recorda-se de, na reunião de Câmara em que foi discutido e aprovado o Orçamento 2013, ter apelido o Orçamento como "*(...) tempo de solidão e de incerteza / tempo de negação (...)*". A maioria em exercício negou a realidade e apresentou o Orçamento 2012 no valor global de 56,6 milhões de euros! A intervenção proferida, na ocasião, pelo Sr. Vereador Álvaro Amaro relativamente à intervenção dos Srs. Vereadores da oposição (P.S.) ditava que "o seu discurso lembrava as agências de *rating* e os emissários da *troika*". Dirigindo-se ao Sr. Vereador Álvaro Amaro, o **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** cita um texto de Alexandre O'Neill sobre a amizade "amigo é o contrário de inimigo / amigo é o erro corrigido / não o erro perseguido e explorado / é a verdade partilhada, praticada / amigo é a solidão derrotada / amigo é a grande tarefa / um trabalho sem fim / um espaço útil / um tempo fértil / amigo vai ser: é já uma grande festa". Expressa que longe de serem inimigos, já foram amigos, mas o Sr. Vereador Álvaro Amaro é que não o percebeu e apelidou-os de "inimigos" e que estavam neste órgão "numa posição *troikista*". Recorda que, na reunião de Câmara realizada em 09 de janeiro deste ano, perguntou qual era o saldo líquido do

exercício (e por dificuldades de comunicação entre todos) responderam-lhe que era de 1,2 milhões de euros positivos. Ficou muito satisfeito. Contudo, quando lhe foi entregue a *Prestação de Contas 2012* verificou que o resultado líquido do exercício cifra-se em mais de 5 milhões de euros negativos. Num balanço aos últimos quatro anos de mandato autárquico, constata que o resultado líquido de cada ano de exercício fica em:

- 2009 – 9,9 milhões de euros negativos;
- 2010 – 10,7 milhões de euros negativos;
- 2011 – 5,4 milhões de euros negativos;
- 2012 – 5,1 milhões de euros negativos;

O que totaliza 31,1 milhões de euros negativos. Os resultados negativos apresentados na *Prestação de Contas*, relativa a cada um dos anos, são objetivos e é isto mesmo que os Vereadores do P.S. assinalam quando fazem a análise dos documentos que lhes são presentes para discussão e votação. A *Prestação de Contas 2012* apresenta um resultado negativo de 5,1 milhões de euros. Tem dificuldade em perceber como é que ao fim de todos estes anos volvidos, por muita conversa e/ou intenção que existisse em alterar a estrutura, a mecânica e a dimensão da Autarquia, surge, mais uma vez, um resultado líquido do exercício negativo. Vinca este aspeto.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** acrescenta que os valores das revisões orçamentais são sempre muito idênticos, ou seja, o valor da 2.^a revisão orçamental de 2012 pouco diverge do valor da 1.^a revisão orçamental, na ordem de 56,6 e de 53,9 milhões de euros e é sobre esse valor que é feita a execução orçamental. Faz a seguinte reflexão:

- o Orçamento 2012 (votado em dezembro de 2011) era de 56,6 milhões de euros – se fizessem a transposição entre os valores das revisões orçamentais na ordem de 56,6 e de 53,9 milhões de euros para 40,1 milhões de euros da execução orçamental não obteriam uma execução de 78%. Admite que seja um exercício com legitimidade para ser feito. Imagine-se que a Sr.^a Presidente da Câmara teria apresentado em novembro uma revisão ao Orçamento 2012, no montante de 6 ou 7 milhões de euros, por perceber que os impostos indiretos não iriam dar entrada; neste momento, teriam de estar uma comparação com uma dotação corrigida (em novembro) que seria muito próxima da realidade do Orçamento. Gostava de ver comentada esta reflexão.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** repara que, durante o decurso do mandato autárquico (2009-2013), concretamente desde 2009 a 2012, a maioria em gestão neste executivo (C.D.U.) foi sempre dizendo que tinha expetativas de concretização de determinados montantes, com perspetivas de..., com a forte convicção de..., mas, infelizmente, estas expetativas nunca se vieram a concretizar. Há uma dificuldade em executar o que quer que seja face à inexistência objetiva de receitas. Os anos de 2008 e 2009 apresentaram receitas superiores

comparativamente com outros anos, fruto da utilização dos empréstimos bancários, ou seja, dos passivos financeiros que foram utilizados nesses anos.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** expressa, igualmente, as seguintes considerações/comentários à *Prestação de Contas 2012*:

. *Dívidas a terceiros* - o aumento é de 18% - passaram de 8,9 milhões de euros para 10,4 milhões de euros. É difícil de gerir, assim como é difícil de compreender como é que (independentemente daquilo que se idealiza e perspectiva para o Município) se atinja o valor de 10,4 milhões de euros de *Dívidas a terceiros* em 2012, quando eram de 3,1 milhões de euros em 2009;

. *Empréstimos bancários* - a redução ficou em 17,1%. Foram pagos 1,5 milhões de amortizações de capital durante o ano 2012, e pagos juros desse mesmo capital. Reduziram-se 238 mil euros de 2011 para 2012;

. Em 2012 foi possível contar com os valores das transferências de capital, relativamente à *Revitalização do Centro Histórico da vila de Palmela*;

. Nas funções económicas destinaram-se 1,8% do Orçamento a *Comércio e turismo*. Corroborar as palavras da Sr.^a Presidente quanto ao facto de este ser um ano em que Palmela vivenciou com o título de *Palmela Cidade Europeia do Vinho 2012* teve adstrita nesta rubrica - *Comércio e turismo* - uma verba pouco significativa. Teve ocasião de manifestar a sua opinião ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha, dizendo que a verba pouco significativa e merecia um *plafond* diferente, mas vem depois a perceber que *As outras funções* representam 35% das Grandes Opções do Plano (GOP) e estes subdivididos do seguinte modo:

- 27,33% em empréstimos bancários e 67,72% em encargos transitados de anos anteriores, perfazendo um total 95%. Sobram 1,36% para protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia. Esta percentagem é elucidativa do volume financeiro que a Câmara Municipal consegue transpor para as Juntas de Freguesia. Em suma: está tudo condicionado à partida;

- O passivo da Câmara Municipal era, em 2011, de 28,4 milhões de euros e cresceu, em 2012, para 29,7 milhões de euros. As dívidas de empréstimos de médio e longo prazo eram de 48,1 milhões de euros, valor que em termos relativos tem vindo a diminuir por conta do aumento das *Dívidas a terceiros* que, em 2012, são 30,7 milhões;

- A *Venda de terrenos* – em 2009 previu-se arrecadar nesta rubrica 200 mil euros, mas da venda efetuada apenas se realizaram 144 mil euros. Em 2010 previu-se arrecadar 3,7 milhões de euros e vendeu-se zero. Em 2011 previu-se vender 1 milhão de euros e a venda foi de 128 mil euros. Em 2012 previu-se

vender 2 milhões de euros e na 1.^a revisão orçamental (aprovada em 29 de maio de 2012) retiraram-se 1,8 milhões de euros nesta rubrica. Dos 2 milhões de euros em Orçamento 2012 e com um Centro Histórico que vem sendo intervencionado de há três anos a esta parte, é difícil perceber a opção da Câmara Municipal. Os *Resultados transitados* são de 7,3 milhões de euros (negativos) quando, em 2011, eram de 2 milhões de euros (negativos).

Observa que o passivo da Câmara Municipal de Palmela constitui um valor muito significativo.

Conclui dizendo que não vale a pena aos candidatos à presidência da Câmara Municipal fazerem grandes promessas, porque o ponto em que a Câmara Municipal se encontra neste momento, deixa pouca margem para fazer o que quer que seja. Alguns encargos: amortização da dívida; pagamento ao pessoal; pagamento à SIMARSUL (Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.) e a não possibilidade de obtenção de crédito bancário, permite afirmar que, a Câmara Municipal de Palmela está numa situação que, não sendo das piores do país, é preocupante e deixa pouca margem de manobra para se fazer o que quer que seja em 2013.

A solicitação da Sr.^a Presidente, intervém o Diretor do Departamento de Administração e Finanças para adicionar os esclarecimentos que considere necessários:

. Do ponto de vista patrimonial da *Prestação de Contas*, a análise feita pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa, está correta: os resultados líquidos do exercício de 2012 são negativos de 5,1 milhões de euros, mas se quiserem calcular o cash-flow, o mesmo é de 4,6 milhões de euros positivos. Nos 5,1 milhões de euros negativos incluem-se: 9,2 milhões de euros de amortizações (refira-se que as amortizações são custos, mas não são pagamentos) e cerca de 500 mil euros de provisão. Se ao resultado líquido negativo for somado o valor das amortizações e das provisões daria um cash-flow positivo de 4,6 milhões de euros. É verdade que o passivo da Câmara Municipal, no final de 2012, é de 37,5 milhões de euros para um ativo líquido de 145 milhões de euros.

A **Sr.^a Presidente** classifica como importante este esclarecimento, na medida em que podem balizar a sua análise quanto à *Prestação de Contas 2012*. Ela, como Presidente e responsável pela gestão da Câmara Municipal, não pode dar a visão do *Orçamento* que quer, assim como o Sr. Vereador José Carlos de Sousa não pode dar a visão que quer da *Prestação de Contas*. Classifica como infazível a soma do resultado dos exercícios (como o Sr. Vereador José Carlos de Sousa acaba de fazer) para afirmar que o resultado da dívida da Câmara Municipal ascende a 30 milhões de euros. Esta afirmação é completamente falaciosa! Ela própria também não vai fazer menção ao valor global do investimento da Autarquia nos anos de 2009 a 2012 como o

Sr. Vereador o fez quanto ao resultado dos exercícios! Se ela somasse os investimentos efetuados pela Câmara Municipal estaria perante um valor de investimento objetivo (não cumulativo, mas objetivo), mas o Sr. Vereador José Carlos de Sousa não pode afirmar uma dívida de 30 milhões de euros, porque não é verdade. Quanto ao balanço do mandato autárquico 2009-2013, a **Sr.ª Presidente** expressa que terá muito tempo para o fazer. Um dos pontos da ordem de trabalhos da reunião de hoje é a *Prestação de Contas 2012* que faz o balanço do exercício do ano transato e o documento em apreço obedece aos princípios legais e, de facto, o Sr. Vereador José Carlos de Sousa na sua análise faz a leitura que lhe convém e que, na sua opinião, considera completamente enviesada: somando parcelas que não podem ser somadas, caso contrário, também ela pode fazer uma campanha assente nos milhões de euros de investimentos que a Câmara Municipal fez neste território. A sua leitura, bem como a da maioria em exercício, não é feita desse modo, porque são sérios na análise.

A **Sr.ª Presidente** repara que os Srs. Vereadores do P.S. foram fazendo menção ao facto de a Câmara Municipal ter registado um valor médio de *Receitas*. Adianta que é necessário fazer uma análise muito cuidada do valor global da *Despesa* da Câmara Municipal realçando que os Orçamentos de 2008 e 2013 nada têm a ver com a estrutura da *Despesa*. A Câmara Municipal foi sendo sucessivamente confrontada com o aumento da *Despesa* em áreas que não eram provocadas pela sua gestão. Em concreto:

- . os sistemas multimunicipais aumentaram substancialmente entre o ano de 2005 e o ano de 2013;
- . a contribuição para a Caixa Geral de Aposentações era de 10%, passou para 13% e, atualmente é de 15%;
- . vários artigos/serviços passaram a ser taxados a 23% em áreas que somam grandes despesas, como sejam: a fatura com a iluminação pública; o custo da energia com as instalações, entre outros. Realça que o Município teve de pagar meio milhão de euros ao Estado relativo à cobrança dos impostos a que tem direito;

Estas realidades distorcem completamente a leitura de um Orçamento em 2004 da de um Orçamento em 2012, por exemplo. Mesmo que a *Receita* dos Orçamentos fosse a mesma, é necessário ter em linha de conta que a *Despesa* cresceu e, hoje, são obrigados a afetar uma parte significativa da *Receita* à *Despesa*. Atualmente despende-se menos em combustíveis, comunicações, consumíveis, pessoal; ainda assim, a *Despesa* continua a aumentar. Para fazer uma análise rigorosa, verdadeira e comparativa dos Orçamentos com anos anteriores é necessário ter em conta a alteração destas realidades que mudaram grandemente. No caso das despesas com pessoal, há a referir que a Câmara Municipal de Palmela assumiu, em determinados anos, a opção gestonária e tratou-se, obviamente, de uma opção política por convicção na aplicação de um mecanismo legal. Acha notável quando as inspeções fazem referência a elementos que resultaram da discussão política. A aplicação da opção gestonária

foi uma medida com interesse claramente político como se pode ler numa ata da Assembleia Municipal de Palmela por um membro deste órgão. Como é que uma inspeção critica a Câmara Municipal por uma intervenção que é tida por um membro da Assembleia Municipal? Ou seja: por a Câmara Municipal aplicar uma legislação que era mais favorável aos trabalhadores. Tratou-se numa opção política. Em contrapartida não referiu como fator positivo, na *Introdução*, a redução das despesas com pessoal. Reduzem: as horas extraordinárias, os subsídios, o número de trabalhadores, mas a redução mais significativa da despesa, resulta por fatores altamente negativos - nos cortes nos vencimentos dos trabalhadores e no valor das horas extraordinárias. E veja-se qual é o peso relativo destas reduções (o valor das horas extraordinárias é algo ínfimo no volume global), em 2010 somaram 673 mil euros, em 2011 foram 455 mil euros, e em 2012 totalizaram 227 mil euros. Isto não tem só a ver com o custo/hora. Em 2012 há uma redução em 50% do valor a pagar em horas extraordinárias e o valor global das despesas com pessoal é de 16,3 milhões de euros. Mas a maior redução das despesas com pessoal estão efetivamente relacionadas com os cortes dos subsídios e cortes nas remunerações. Não pode classificar esta realidade como sendo algo de positivo.

Quanto ao facto de os Srs. Vereadores do P.S. focarem o facto de ter sido prevista *Receita* que não foi realizada (cerca de 10 milhões), a **Sr.ª Presidente** explica que os dados que tinham em final de 2011 são diferentes dos dados no início de 2012. Há uma diferença substancial entre o fim de 2011 e o início de 2012. O Orçamento de Estado 2012 elaborado pelo governo que tomou posse em meados de 2011, resulta num Orçamento de Estado "brutal". Há uma alteração significativa das condições financeiras do país entre o final de 2011 e o início de 2012.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** solicita o uso da palavra para sublinhar o facto de esta ser a primeira vez em que a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal reconhecer que, a partir do final de 2011 a situação do país ter piorado significativamente sem ter feito alusão aos "sucessivos governos".

A **Sr.ª Presidente** repara que esta não é a primeira vez em que o afirma, mas também é verdade que foram os "sucessivos governos" que criaram a situação que existe atualmente no país. Isto mesmo é a diferença entre uma análise circunscrita e uma análise comparada. Volta a afirmar que os sucessivos governos foram e são responsáveis pela atual situação no país e, também, não deixa de ser um facto que a situação piorou substancialmente em 2012 e 2013. São dados objetivos que não se podem contornar. Mesmo que a maioria em gestão pudesse reconhecer que a situação era muito difícil, teria continuado a assumir que era absolutamente possível e provável por todos os dados disponíveis que acontecessem alguns dos investimentos que estavam previstos no concelho. Estimaram 10 milhões de euros que não se realizaram, mas o valor dos investimentos que podiam acontecer eram acima dos 16 milhões de euros. Todos os dados reunidos, como sejam: os alvarás de loteamento emitidos, os acordos de pagamentos estabelecidos, nomeadamente com a Plataforma Logística apontavam nesse sentido. Os 10

milhões de euros inscritos eram uma parte dos cerca de 16 milhões de euros mais prováveis de acontecer.

A **Sr.^a Presidente** menciona que os Srs. Vereadores Socialistas não têm em conta na análise que efetuaram algo muito importante: o volume do investimento. E especifica: num Orçamento, ainda assim, tão difícil (como os Srs. Vereadores o caracterizaram) é de registar como notável a capacidade de investimentos que foram feitos. O investimento aumentou mais de 120% em relação ao ano anterior. O executivo em gestão fez um investimento que tem transportado no Orçamento uma parte de dívida incorporada. Realça que a dívida não pode ser somada de ano para ano. No Orçamento como dívida consta despesa que está associada ao investimento, e veja-se: na lista da dívida podem ser encontrados valores relacionados com obras que entretanto foram pagas, por exemplo: Urbanização de Val'Flores, infraestruturas no Centro Histórico e Quartel do Destacamento da GNR de Palmela. Estas são algumas obras que foram pagas ou estão a ser pagas, o que também contribuiu para a dívida. Nas *Dívidas* (igualmente pagas) e de natureza completamente diferente existem cerca de 600 mil euros só para a EDP. A elaboração da *Prestação de Contas* tem de ser feita em março e, nessa data, já existem faturas que, entretanto, foram liquidadas. Num ano em que a *Receita corrente* diminui 1,5 milhões de euros face a 2009 e reduz 3 milhões de euros face a 2006. Como é que se pode ignorar para a análise da dívida, a redução da *Receita corrente*? Verificou-se uma redução significativa das despesas de funcionamento, porque a não ter sido feita esta redução, verificar-se-ia uma dívida maior. E, numa situação destas, os Srs. Vereadores do P.S. teriam a apontar "não tomaram nenhuma medida para que a dívida reduzisse". Na *Prestação de Contas 2012* não é visível a amortização da dívida; isso será possível na *Prestação de Contas 2013*. O executivo em gestão tem uma preocupação que tem a ver com a sustentabilidade da dívida e fez acordos de pagamento, no sentido de distribuir ao longo dos anos o pagamento dessas dívidas (nomeadamente: com os sistemas multimunicipais). No ano passado tiveram uma discussão a propósito do recurso ou não ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) e não o fizeram, porque a dívida da Câmara Municipal de Palmela é uma dívida sustentável. Apesar das circunstâncias, considera que esta é uma *Prestação de Contas* positiva.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** menciona que é inevitável falar da dívida, pois parece que vivemos num planeta endividado. Até a Alemanha, que parece ser o grande oásis e financiador de toda a União Europeia, afinal tem uma dívida colossal. Quem é que não está endividado? A dívida da Câmara Municipal de Palmela está sustentada, tal como foi afirmado pela Sr.^a Presidente. Esta Autarquia tem quem lhe esteja a dever mais de 4,1 milhões de euros, e teria muito mais se não tivesse tomado medidas muito sérias. Os indicadores são fiéis e retratam que foram tomadas medidas muito corretas para reduzir a despesa e a dívida. Não controlam a macroeconomia, daí que a expectativa de receberem os impostos indiretos por via das operações de loteamento e de investimentos previstos para o território ficassem aquém daquilo que era expectável, mas nem por isso deixaram de trabalhar. É porque "há mais vida para além da

dívida”. Pretende corrigir uma afirmação: a receita do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) não aumentou, sofreu até um ligeiro decréscimo. O valor arrecadado podia ter sido mais se efetivamente não fossem retirados às Autarquias 5% para a avaliação geral dos imóveis. Isto é inadmissível, porque se trata duma receita própria das Autarquias. Mais uma nota: o agravamento do IMI não resulta das taxas aplicadas pelo Município. Este agravamento decorre duma reavaliação geral decidida em 2003 com critérios altamente perniciosos e que têm merecido o repúdio e a reclamação de muitos munícipes. Sublinha que uma receita significativa para as Autarquias era o IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) que, em relação ao início de mandato, soma menos de 2,73 milhões de euros. Ainda por mais, há a ameaça da retirada desta receita aos municípios, visando ser a Administração Central a ficar com esta receita, porque transforma o IMT para uma espécie de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado). A não conseguir-se travar estas tentativas de retirar receitas próprias às Autarquias, podemos vir a estar, no início de 2014, perante um cenário de atuação do poder local completamente desfigurado daquilo que foi o poder local democrático constituído após o 25 de Abril.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** congratula-se com os rácios. Embora não seja muito adepto dos indicadores de: meios humanos / financeiros / eficácia / eficiência / produtividade, por considerar que falta sempre algo e que estes critérios não explicam tudo, é de registar que na gestão do ano 2012 os rácios são francamente positivos pela evolução conseguida. Neste quadro ‘depressivo’ da dívida foi muito importante que o Município não deixasse de atuar, de fazer obra, de responder com menos meios humanos, financeiros e logísticos e responder a muito mais áreas para cuidar e mais estradas por conservar. Foi um esforço titânico perante mais uma redução de 41 trabalhadores, assim como: da redução do número de horas extraordinárias e do pagamento das mesmas, com a redução do número de trabalhadores abrangidos por subsídio de turno e conseguir, ainda assim, uma resposta extremamente positiva em muitos setores. Noutros setores, admite que a resposta não esteja ao nível do que a gestão gostaria de fazer, mas que são reflexo dos atuais constrangimentos.

Acrescenta o **Sr. Vereador Álvaro Amaro** como é importante relembrar o conjunto de investimentos realizados em obras de: requalificação do Centro Histórico da vila de Palmela, infraestruturas e pavimentação, sistema wireless, renovação de sinalética, requalificação do Parque Venâncio Ribeiro da Costa, requalificação do Largo do Pelourinho, Praça Duque e zona adjacente, redes de infraestruturas no Castelo, funcionalização dos sanitários públicos (ainda numa fase incipiente), cobertura da Casa Hermenegildo Capelo, requalificação das galerias no Castelo, entre outras. Mesmo neste quadro de dificuldades foi executada obra e foram feitos pagamentos na ordem de 2 milhões 195 mil euros. Na área do *Saneamento* efetuaram-se obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento, o caso mais recente: Urbanização de Val’Flores (as restantes já foram concluídas em anos anteriores), remodelação das infraestruturas no aglomerado urbano de Poceirão, execução de ramais de águas residuais

domésticas e prolongamentos. O investimento foi de 741 mil euros. Acresce a ampliação e remodelação da rede de abastecimento de água e a execução de uma nova rede e um prolongamento significativo para as populações das zonas rurais em Asseiceira de Cima e Loja Nova e a execução de ramais domiciliários. A instalação do sistema de comunicação das Estações de Tratamento de Águas (ETA) de Poceirão e Marateca. A conservação e manutenção dos reservatórios das Estações de Tratamento e a conservação e manutenção do equipamento eletromecânico. A execução dos projetos para o equipamento do furo RA1, o sistema de abastecimento de água a Palmela e, ainda, um conjunto de pequenas e grandes obras que preparam para as necessidades no futuro, no valor de aproximadamente 300 mil euros. Na área da *Proteção e do meio ambiente / Conservação da natureza* efetuou-se a aquisição de espécimes arbóreos com o término da recuperação dos espaços públicos na Urbanização Nogueira de Matos, em Pinhal Novo, entre outros, de 106 mil euros. Nesta área da *Proteção do meio ambiente*, lamenta que o documento em apreço não chegue à população, porque tem muitas zonas onde se “respira” a execução e o trabalho realizado. Os trabalhadores da Câmara Municipal também reconhecem que o seu trabalho está espelhado neste *item*. Há centenas de intervenções de dinamização de efemérides e de ações de sensibilização ambiental que se classificam como de enorme mobilização com a comunidade e os cidadãos feito praticamente a custo zero. Isto parece não ter nenhuma importância, mas convida o Sr. Vereador José Carlos de Sousa (porque sabe que é uma pessoa atenta a estas matérias) a ler e a percorrer o conjunto de realizações que foram possíveis levar à prática só com o trabalho e a mobilização da estrutura sem que tais ações tenham expressão direta no Orçamento. Por isso, a sua afirmação de que “há mais vida para além do Orçamento”.

Ainda, no âmbito das intervenções realizadas, o **Sr. Vereador Álvaro Amaro** menciona que muitas vezes se sublinham as despesas com pessoal, mas é preciso não esquecer que nas áreas da *Rede Viária / Parques e jardins / Saneamento* têm sido feitas, cada vez mais, ações por administração direta, e seria fastidioso estar a enumerá-las. Na *Rede viária* foram feitas cerca de 900 intervenções, o que reverte em muitas saídas por parte das brigadas. Se estas intervenções/obras tivessem sido adjudicadas ao exterior, por aquisição de serviços, surgiriam no Orçamento com uma elevada taxa de execução financeira. O trabalho foi feito com os recursos humanos da Autarquia e reaproveitamento de material, mobilizando os trabalhadores que (apesar de mal pagos) estão motivados pelo prazer de trabalhar nesta organização.

Na área do *Ordenamento do Território*, o **Sr. Vereador Álvaro Amaro** realça como é fácil constatar nos mapas de execução orçamental que em algo insipiente se gastou umas escassas dezenas de milhares de euros em elaboração de planos de pormenor (PP). Estão em elaboração um conjunto de nove planos de pormenor (alguns deles com aquisição de serviços ao exterior), mas cujo desenvolvimento está a ser efetuado internamente pelos próprios trabalhadores. Está a ser realizado muito mais trabalho internamente, e isto significa, também, uma medida para conter a despesa e para tirar o melhor proveito das potencialidades que os trabalhadores da

Autarquia têm e estão dedicados à organização, apesar dos momentos difíceis que se vivem, em que toda a gente (com muita facilidade) vem criticar o funcionalismo público e, ainda assim, dispõem zelo e gosto no seu trabalho. É preciso perceber melhor o que significa um assistente operacional. Na verdade há assistentes operacionais com funções de auxiliares educativos e outros com funções de administrativos. Hoje em dia é necessário fazer face a um conjunto de exigências na administração local com novos programas de modernização administrativa, como por exemplo, a desmaterialização de processos, o licenciamento *zero*, o RIP (Sistema de Indústria Responsável) e o REAP (Regulamento do Exercício da Atividade Pecuária). De mês a mês apresentam-se novos desafios e colocam-se as perguntas: quem constrói os workflows; quem trabalha e planifica; quem adequa os regulamentos e procedimentos internos a estes novos desafios. A resposta: são os trabalhadores da administração local. Esta realidade não consta em nenhum mapa orçamental. Lamenta que este tipo de indicadores não possa ser sublinhado no documento de *Prestação de Contas* e, por isso, sentiu-se na obrigação de o referir na sua intervenção.

Repara o **Sr. Vereador Álvaro Amaro** que, em anos anteriores, os Srs. Vereadores Socialistas questionaram sempre os valores e pareceres constantes em *Outros trabalhos especializados* onde se incluem os pagamentos a: AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A., e Iluminação Pública, entre outros. Felizmente os Srs. Vereadores do P.S. já perceberam as explicações que foram dadas. Não obstante as dívidas aos sistemas multimunicipais (AMARSUL e SIMARSUL) e à EDP (Eletricidade de Portugal) não há hipótese de deixar de o especificar nesta rubrica de *Outros trabalhos especializados*, porque se trata do acerto de contas. É difícil de regatear, mas foi o maior pagamento efetuado pela Câmara Municipal nos últimos seis anos, de 4 milhões 132 mil euros nesta área.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** finaliza com as seguintes considerações:

- . Num contexto de grandes dificuldades como as que se vivem atualmente, apresentar a Câmara Municipal este nível de execução financeiro e, sobretudo, a execução dum conjunto de desafios de pequenas obras é de realçar. É evidente que o executivo em gestão gostaria de ter feito muito mais e, obviamente, reconhece que ainda há insuficiências.
- . Reafirma que há mais trabalho e serviço público para além dos números frios e assustadores da dívida e do Orçamento.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** começa por saudar os Srs. Vereadores da oposição por não terem posto em causa o relatório de gestão; abordaram a questão dos números com todo o direito. Citando Alexandre O'Neill (como fez o Sr. Vereador José Carlos de Sousa): "amigo é solidão derrotada", permite-se comentar esta expressão com a nota de que o executivo camarário responsável pela gestão exerce uma grande tarefa e não baixa os braços. Paira uma

enorme tempestade sobre este país, mas a arte é a de saber dançar entre a chuva e, ainda assim, sabem-no fazer bem. Isso mesmo reflete-se neste relatório de gestão que, depois de aprovado, vai ter reflexos para os munícipes do concelho puderem confirmar o que foi feito/executado, durante o ano, pela Câmara Municipal. Expressa como na realidade há muito mais vida para além dos números.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que a *Educação* é tida pelo executivo em gestão como sendo um eixo estratégico nas Grandes Opções do Plano (GOP). As *Funções sociais* representam 44,7% das GOP e a *Educação* constante nesta rubrica representa 21,8%. A este propósito equivale registar que em transportes escolares foram despendidos mais de 1 milhão de euros, tendo a Autarquia assumido transportar os alunos que distam a 2 Km casa-escola, quando a lei estipula 4 Km. Na *Ação Social Escolar*, no que concerne aos Auxílios Económicos Diretos – Alimentação Escolar foi colocado em prática o programa da fruta escolar, que se situou em mais de 1 milhão de euros. Mas há mais uma discriminação positiva: a Câmara Municipal de Palmela decidiu apoiar o 1.º e 2.º escalão, ao contrário de muitos outros Municípios em que os alunos situados no 1.º e 2.º escalão do abono de família são apoiados pela rede escolar, neste cômputo a verba despendida foi de 840 mil euros. Na *Ação Educativa e Pedagógica* o montante ficou em 76 mil euros. Reflete-se em atividade uma verba de 3,1 milhões de euros neste eixo estratégico: *Educação*. No projeto de Receção à comunidade educativa desenrolou-se um trabalho de dois meses com professores e escolas e vem refletido neste documento com a verba de 800 euros. A Receção à comunidade educativa foi rodeada de muito trabalho e envolveu muitas áreas e, de facto, os números são demonstrativos, mas não denotam tudo.

Mais refere o **Sr. Vereador Adilo Costa** que na área da *Intervenção Social*, embora não seja competência da Autarquia, mas define-se como facilitadora. No eixo dos *idosos, crianças e deficientes* movimentam-se milhares de pessoas com pouco dinheiro. Existem Municípios a afirmar que, embora não sendo da sua competência, gastam muito dinheiro no âmbito da Intervenção Social. O Município de Palmela tende a ser facilitador e cumpre a maior atenção à *rede social* onde exerce um papel bastante interventivo em todos os eixos:

- . Inserção social;
- . Crianças assinaladas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela (CPCJ).

O **Sr. Vereador Adilo Costa** aproveita esta reunião para expressar um louvor ao movimento associativo que, num momento tão difícil, continua a sua atividade nos mais diversos domínios. A Câmara Municipal assumiu que não podia despende apoios financeiros além dos que já estavam contratualizados, mas assegurou apoio logístico e técnico. Realça a capacidade e as energias do movimento associativo e seus dirigentes, que fizeram com que nenhuma associação/sociedade tivesse cessado as suas funções, muito pelo contrário. Houve uma maior

utilização dos equipamentos municipais e no Cineteatro S. João, em Palmela, desenrolaram-se, no ano transato, 192 atividades com 26.000 pessoas, o que se deve (em grande parte) ao movimento associativo. Às vezes não se tem noção das iniciativas que vão sendo postas em prática. Para além dos números que são apresentados na *Prestação de Contas* há um leque enorme de atividades desta Câmara Municipal, dos seus trabalhadores e indistintamente da posição em que estão fá-lo acreditar muito mais na administração local do que na administração central.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que aproveita o ensejo para citar Aristóteles, filósofo grego, que em tempos disse “a única verdade é a realidade”. A realidade, no que concerne ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Palmela no ano de 2012, consta da *Prestação de Contas* e é notório que foi feito um esforço de rigor, exigência e disciplina financeira. Só assim foi possível contrariar as enormes dificuldades que as Autarquias viveram ,e apresentar um balanço positivo como este que têm oportunidade de expor.

No que reporta à área do *Turismo*, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que o ano foi de grande dinamismo e de avultado sucesso na promoção do Turismo e dos produtos locais. O ano de 2012 foi um ano de afirmação da identidade deste território, da sua história, cultura e um ano de grande promoção do concelho de Palmela na Europa e no mundo. Regista que, no ano em apreciação, houve a capacidade de inovar e de criar novas parcerias. Foi um ano em que a Câmara Municipal, os seus técnicos e as instituições locais desenvolveram um trabalho notável e que foi reconhecido no país e internacionalmente. Gostava de lembrar, a este propósito, o conjunto muito alargado e diversificado de iniciativas que foram realizadas no âmbito da programação *Palmela Cidade Europeia do Vinho 2012*, que envolveu mais de 118 iniciativas e 80 parceiros, numa programação que decorreu não só no concelho de Palmela mas, também, em Lisboa, Santarém, Grândola e em vários outros pontos do país, e em países como: Espanha, Bélgica e Alemanha. Houve a capacidade de construir sinergias, mobilizar agentes económicos e instituições locais para a promoção dos produtos locais e deste território.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere-se à intervenção do Sr. Vereador José Carlos de Sousa quanto ao facto de, a Câmara Municipal ter feito no ano de 2012 com muitos poucos recursos financeiros, muito, o que é verdade; e julga que, por isso mesmo, deve ser mais valorizado o que foi feito. As ações/iniciativas foram feitas com muito poucos recursos, mas com muitas vontades fazer muito, o que deve ser realçado. Foi possível dar um contributo muito importante para a economia local num momento tão difícil como este que o país atravessa em que os agentes económicos e a população “sente na pele” as dificuldades. Apesar dos recursos exíguos conseguiu-se projetar uma imagem de notoriedade do concelho de Palmela que é reconhecida no país e, também, internacionalmente. Os resultados estão à vista de todos, e não é ele Vereador quem o diz, são as instituições que o referem e o Instituto Nacional de Estatística (INE): Palmela foi o concelho de Palmela que mais cresceu, nos últimos três anos, em termos turísticos na península de Setúbal e em vários indicadores. Esta é a

verdade e que pode ser comprovada com factos e números, o que se deve à estratégia da Câmara Municipal. As ações e/ou iniciativas que o Município leva à prática não são feitas de forma avulsa. Há uma estratégia pensada antes de ser implementada e, de facto, há esta capacidade de envolver agentes e criar novas parcerias. Os resultados são conseguidos com: trabalho, persistência, dedicação e a capacidade para envolver, cada vez mais, agentes locais, parceiros nacionais, regionais e internacionais. Pela primeira vez, as iniciativas ao longo de 2012 envolveram: espetáculos musicais e peças de teatro em adegas (com as adegas cheias de visitantes); projetos de apoio à restauração (que muito ajudaram este tecido económico num momento tão difícil que estão a viver); a efetivação de ações de formação profissional relacionadas com o setor da restauração/económico; desenvolvimento dos projetos de *"Fins-de-semana Gastronómicos"*, *"Concurso de Gastronomia"* e outras ações. Também as iniciativas mais emblemáticas e que têm vindo a realizar-se ao longo dos anos foram um sucesso neste ano em apreciação (2012) com mais visitantes na *Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó* e no *Festival do Queijo, Pão e Vinho*. Os resultados são demonstrativos da capacidade de inovação do Município e do envolvimento dos agentes que reconhecem os esforços feitos nesta frente "local" que têm conseguido construir contra uma crise cada vez mais difícil de enfrentar.

A **Sr.^a Vereadora Adília Candeias** começa por mencionar que no balanço da atividade respeitante a 2012 deve sublinhar que há duas obras em situação de atraso, por motivos justificados. Tal como os seus colegas o disseram: a Autarquia desenvolve muitas ações que não vêm espelhadas no Orçamento e GOP. Sem querer enveredar por questões político-partidárias, diz o povo e com razão *"presunção e água benta cada um toma a que quer"*.

A **Sr.^a Vereadora Adília Candeias** mostra-se preocupada pelo facto de a Sr.^a Vereadora Natividade Coelho ter acentuado que o executivo em gestão (CDU) valorizava na *Prestação de Contas 2012* a diminuição das verbas aos seus trabalhadores, o que não corresponde à verdade, porque defendem exatamente o contrário. Para além do que já tem sido afirmado em anteriores ocasiões, foi 'amputado' o subsídio de férias aos trabalhadores e, no caso das horas extraordinárias, acontece que: em 2011 os trabalhadores recebiam 1^a hora extra a 50%, e as restantes a 75%, sendo que os sábados, domingos e feriados seria a 100%; em 2012 passou para 25% a 1^a hora e 37,5% as restantes, sendo que os sábados, domingos e feriados seria a 50%; já em 2013 desvalorizou tudo para metade, de tal forma que os trabalhadores sentem-se duplamente prejudicados e não querem fazer horas extraordinárias. Hoje em dia, quem faz horas extraordinárias é por amor ao serviço público e sentido de estado. A realização de horas extraordinárias já não permite o aumento do salário do trabalhador. Vive-se um ano particularmente difícil, e já nem sequer é um ano, é um período longo para os trabalhadores da administração pública e da administração local em particular e até de mudança de paradigma da organização.

Sobre a diminuição de trabalhadores e de dirigentes na administração pública e, concretamente, na Câmara Municipal de Palmela, a **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** recorda um comentário feito pelos Srs. Vereadores do P.S. quanto ao facto de que a redução do número de dirigentes que cessavam as comissões de serviço podia ser um grave problema sem a implementação de uma nova estrutura orgânica. O que o executivo camarário desejaria é que os dirigentes que estavam em funções pudessem continuar, porque gostaria que estes continuassem a desempenhar o seu trabalho nos moldes em que o vinham fazendo. Essa era a política que gostariam de seguir. Sucede, porém, que essa possibilidade não é dada a quem exerce a responsabilidade da gestão neste órgão executivo e, por força da lei, viram-se obrigados a não renovar as comissões de serviço. A organização continua a funcionar com um grande esforço desses dirigentes que cessaram as comissões de serviço e dos trabalhadores que os acompanham. Isto não pode deixar de ser realçado e, também, não consta do documento de *Prestação de Contas 2012*. É verdade que hoje se vive um momento particularmente difícil para os trabalhadores. No Município de Palmela, cerca de 7% dos trabalhadores têm penhoras judiciais e fiscais, o que significa que levam menos de 1/3 do ordenado para sua casa. O que pode motivar esses trabalhadores a ter sentido de serviço público? Realmente só uma grande motivação. Somente com incentivo é que o trabalho pode ser feito. Há ações/ atividades/obras que vêm espalhadas no relatório, mas outras que não o são, por exemplo, o empenho e dedicação dos trabalhadores. A organização esteve empenhada, com sentido de serviço público, motivada e aplicada em boas práticas nas várias áreas de intervenção.

Quanto ao facto de a Sr.ª Vereadora Natividade Coelho ter salientado que considerava diminuto o número de trabalhadores em mobilidades internas (41), a **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** considera que também poderiam ter sido mais, mas *"quando a manta é curta alguma coisa fica de fora"*. Especifica que 50% dos trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela são operários, o que é muito pouco numa organização como esta. Precisavam que, pelo menos, 70% dos trabalhadores fossem operários. E, a bom da verdade, não é possível converter um técnico superior em carpinteiro (assistente operacional).

Relativamente à formação, a **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** refere-se ao plano de desenvolvimento no âmbito da formação, veja-se o quadro da página 290 que enuncia: 150 ações de formação com 1.155 participantes e 10.735 horas de formação dadas. Estas ações de formação tornaram-se possíveis, devido a uma candidatura intermunicipal apresentada pela Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH). As ações de formação foram muito diversificadas para as áreas operacionais e administrativas e, também, técnicas. A Autarquia de Palmela tem tido grande preocupação com a requalificação dos seus recursos humanos em áreas/vertentes como, por exemplo, a de:

. Motoristas – registre-se que, para além das competências a que a Autarquia está obrigada a possuir na área dos transportes escolares e transportes coletivos de passageiros, tem havido formação na área da condução defensiva e preventiva;

. Auxiliares a exercer funções nas escolas – tem sido ministrada formação na área dos primeiros socorros e socorrismo (desconhece se o Ministério da Educação promove este tipo de ação).

Acrescenta que no Orçamento não consta nenhuma verba para *Formação*, mas a Câmara Municipal possui uma bolsa interna de formadores que se deslocam às áreas operacionais e desenvolvem um trabalho extraordinário. São técnicos da área da Higiene e Segurança no Trabalho que vão às 05:00 e 06:00 horas da manhã com os colegas das áreas operacionais para, em conjunto com estes, trabalharem áreas que são muito difíceis e, se assim não fosse, não havia encontro com os colegas e com os objetivos centrais e plano de trabalho da Autarquia.

A **Sr.^a Vereadora Adília Candeias** refere-se ao que é (e já foi adiantado pela Sr.^a Presidente da Câmara) como um dos objetivos centrais para este mandato – a *Qualidade e Modernização Administrativa* -, dizendo que a Câmara Municipal podia fazer como o governo faz com a área da Investigação que para, pura e simplesmente, porque não há dinheiro.

Mais refere a **Sr.^a Vereadora Adília Candeias** que a Câmara Municipal de Palmela desenvolveu e/ou tem em prossecução as seguintes ações:

- . Atualização e monitorização da Carta Educativa;
- . Um novo *layout* aprovado pela Autarquia;
- . Implementação do novo acordo ortográfico;
- . Distinção do Departamento de Educação e Intervenção Social (DEIS) da Autarquia, após uma auditoria externa a propósito duma candidatura apresentada no âmbito da CAF (Estrutura Comum de Avaliação – definição: é um modelo de autoavaliação do desempenho organizacional especificamente desenvolvido para ajudar as organizações do setor público dos países europeus a aplicar as técnicas da Gestão da Qualidade Total, melhorando o seu nível de desempenho e de prestação de serviços);
- . Implementação da melhoria do plano de trabalho no cômputo da CAF;
- . Licenciamento *zero* – é uma bandeira da administração central, desde 2010, em que a Câmara Municipal de Palmela faz parte de um grupo de trabalho 'piloto' com vários municípios e tem feito um esforço para se adaptar às exigências impostas. Vários municípios já deixaram de fazer parte deste projeto 'piloto'. Os responsáveis da AMA (Agência para a Modernização Administrativa) apelaram diretamente à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Palmela para que se mantivesse no projeto, por considerarem

que o Município de Palmela consegue dar um contributo muito importante para o projeto em causa. Este está muito atrasado (devido a entraves colocados pela administração central e por questões relacionadas com a própria legislação);

. Durante o ano de 2012 implementaram-se vários serviços *online*. Este é um serviço gerido através da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS). Deste modo, os munícipes desta região e, concretamente, os do concelho de Palmela de, através da *internet*, podem consultar vários serviços da Câmara Municipal;

. Realizaram-se muitas sessões de esclarecimento (envolvendo cerca de 450 trabalhadores) para implementação do programa informático denominado SIDAM, que entrou em vigor a 02 de janeiro de 2013 e que obedeceu à necessária preparação da de documentação de suporte. A aplicação está a revelar-se como uma ferramenta muito importante para a organização no futuro;

. Para dar uma ideia duma experiência posta em curso na Autarquia de Palmela no que concerne à área da *Informática* – há técnicos especializados a desenvolver vários trabalhos, entre as quais: usam peças de 3 ou 4 computadores obsoletos transformando-os numa máquina capaz de responder às novas tecnologias. Substituíram-se 91 computadores e, no Orçamento, isto não corresponde ao que foi faturado, porque o valor da fatura é inferior, na medida em que os técnicos ao serviço deste órgão tornaram possível a transformação dos computadores.

A **Sr.^a Vereadora Adília Candeias** finaliza a sua intervenção com referência ao seguinte:

. Atualmente existem apenas 3 mecânicos para a reparação de viaturas. Ainda assim, conseguiu-se aumentar o número de reparações internas e diminuir o número de reparações externas;

. O ano de 2012 assistiu a atos de vandalismo na via pública: furto de grelhas, tampas de sumidouros, danificação de várias vedações públicas. Sendo que, o serviço de Serralharia executa centenas de reposições durante o ano. Este tipo de situações deve-se à situação que se vive no país: a falta de segurança de pessoas e bens;

. As obras de revitalização/recuperação do Centro de Histórico da vila de Palmela foram terminadas antes do prazo contratual, à exceção de duas que sofreram derrapagem no tempo, ainda assim, dentro do que a legislação prevê.

A **Sr.^a Vereadora Natividade Coelho** repara que a intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal e dos Srs. Vereadores em gestão, denota um sinal claro de satisfação relativamente ao exercício de 2012, o que os Vereadores do P.S. acham perfeitamente legítimo. Houve a insistência de que não se reportaram ao relatório de gestão e, nesse sentido, não se situaram pelos indicadores e pelos números. Certamente existe um modelo para a elaboração da *Prestação de Contas*. Na sua atividade profissional é responsável pelo relatório de autoavaliação

do organismo, que corresponde ao SIADAP I (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública) e que, também, obedece a regras e a indicadores muito precisos, pelo que o documento de *Prestação de Contas* não lhe é completamente estranho (com partes descritivas e partes onde constam os quadros). Lamenta que o modelo da *Prestação de Contas* não esteja indexado ao *Plano de Atividades*, ou seja, a exaustividade deste documento não esteja catalogada no *Plano de Atividades*, o que seria um indicador importante.

Acrescenta a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** que os Vereadores Socialistas não se referiram ao relatório de gestão, por considerarem que é uma forma de, cada uma das áreas mostrar o que faz durante o ano. Opina que não cabe à oposição (seja ela qual for) colocar em causa opções com as quais até concorda, pois se a *Educação* é uma aposta. Não percebe como é que (numa discussão) a oposição iria fazer o papel do executivo que está a exercer a gestão, uma vez que concordam com o que são as 'apostas' do executivo em gestão. Nota que há uma *décalage* e pegando na frase de Aristóteles "a única verdade é a realidade", expressa que o problema reside na perspetiva do que se tem da realidade ("*os filósofos são muito perigosos nalgumas áreas*") e a verdade é que os Vereadores do P.S., a sua constatação, perceção e discussão a propósito das propostas não dão esta perspetiva tão colorida, amigável e entusiasta da realidade como a maioria da C.D.U. a defende. É muito positiva a forma como "puxam" pelos trabalhadores e pela organização. A constatação da realidade, quer ao nível do que é realizado no território, quer ao nível da satisfação das pessoas, não corresponde à leitura dos Vereadores Socialistas. A verdade ser igual à realidade também depende da perspetiva.

Referindo-se à intervenção do Sr. Vereador Álvaro Amaro, a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que não percebe porque é que o Sr. Vereador sustenta que o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) não aumentou – veja-se a página 250 da *Prestação de Contas*.

Relativamente à questão da *mobilidade interna de trabalhadores*, a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere que uma observação à estrutura dos trabalhadores da Câmara Municipal e face à impossibilidade de contratação de novos trabalhadores e, também, às dificuldades que são sucessivamente apontadas, sobretudo em determinadas áreas, devia, em sua opinião, existir um plano efetivo, ou seja, uma proposta construtiva para a reconversão de pessoal. Se existir um plano desta natureza, gostaria de ter acesso ao mesmo.

Quanto às *Horas extraordinárias*, a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que desconhece o número de horas realizadas em 2009 e o facto de, no ano de 2010, as mesmas terem aumentado. Ao que parece houve uma transição de horas de 2009 para 2010. Referindo-se a um comentário que foi feito relativamente à administração central e à administração local, considera necessário que se faça uma reflexão sobre as diferenças que existem. São objetos diferentes: administração central / administração local / governos / trabalhadores / dirigentes. Neste momento, considera muito mais fácil estar na administração local, porque não há ninguém a proferir despachos e a congelar tudo. Na administração local continua a haver

agilidade para se poder trabalhar. Não se podem “diabolizar” as questões. Por exemplo: remete-se a esta Câmara Municipal um pedido de parecer prévio (composto por uma página) e, veja-se que, há uma dose de liberdade na administração local que deve ser bem utilizada, quer pelos eleitos, quer pelos dirigentes, quer pelos trabalhadores; o que não significa que o que está escrito na *Introdução* - lei dos compromissos e pagamentos em atraso - extensiva à administração local não seja um atentado. Não significa, portanto, que não haja ingerências. Mas é preciso não fazer uso de certos mecanismos relativamente aos dirigentes e aos trabalhadores. É o reparo que deixa.

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha, a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** constata o agrado do Sr. Vereador quando faz referência aos dados e números apresentados pelo INE. Afinal a “verdade” só pode ser comprovada com números.

Quanto às explicações efetuadas, o **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** menciona que percebeu a dificuldade com os saldos líquidos dos exercícios e o constrangimento que causou ao ter feito a soma ao longo dos anos. Mas, o que é facto é que, embora a Sr.ª Presidente afirme não ter recorrido ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) e que a dívida da Câmara Municipal de Palmela é sustentável e consegue ser paga, o certo é que continua a manter algumas reservas. Nota que a dívida, a 01 de janeiro de 2012, em *Empréstimos bancários* era de 18,2 milhões de euros e a 31 de dezembro desse ano (2012) era de 18 milhões e 54 mil euros. Foram pagos 1,4 milhões de euros em amortizações e 300 mil euros em juros. O valor global da dívida a 31 de dezembro de 2012 decresceu 200 mil euros. De acordo com os mapas apresentados, o ano de 2013, vai ser ‘ainda’ mais penalizador a esse nível, e só a partir de 2014 é que vão verificar-se alterações.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** menciona que deixou propositadamente a sua intervenção sobre o *Relatório de gestão* para este período da reunião. O *Relatório de gestão* não é mais do que o compilar dos diferentes relatórios que são apresentados nas sessões ordinárias da Assembleia Municipal. Não verifica grandes alterações. Alguns quadros mais significativos (porque são anuais) permitem observar que a Divisão de Administração Urbanística (DAU) realiza, durante o ano de 2012, menos atendimentos e, também, emite menos licenças. A procura e o número de solicitações é menor comparativamente com anos anteriores. A sua ideia é a de que o *Relatório de gestão* está mais completo este ano (possivelmente terá havido orientações nesse sentido, na medida em que há quadros/dados novos àquilo que era comum ser apresentado). Alude à página 305 em que é especificado que a Câmara Municipal cedeu transportes para o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) e, em sua opinião, teria de ser melhor explicitada:

- . os transportes foram cedidos para visitas de estudo?
- . os alunos deslocam-se para a Escola do Terrim usando que meio de transporte?

Algumas palavras esclarecedoras deviam constar desta parte do *Relatório de gestão*.

Ainda, em relação ao *Relatório de gestão*, o **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** menciona como gosta de ver especificados os rácios de eficácia / eficiência / produtividade (e o Sr. Vereador Álvaro Amaro tem conhecimento disso), mas, desta vez, não são apresentados. Serão os rácios favoráveis à Câmara Municipal? Se assim for, é preciso ter em atenção que tal não se deve às obras que são feitas com a massa dos trabalhadores da Câmara Municipal, mas com as verbas provenientes do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e adstritas às intervenções realizadas no Centro Histórico da vila de Palmela e, também, com as verbas desviadas de outros investimentos noutros locais do concelho para serem utilizadas no Centro Histórico em questão. Insiste que, caso não houvesse a capacidade de aproveitamento dos valores provenientes do QREN simultaneamente com a incorporação de verbas retiradas do empréstimo bancário (que se previam para obras noutros locais do concelho), a situação seria outra.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** alude à página 190 da *Prestação de Contas* com menção a uma transferência corrente, no valor de 118 mil e 600 euros para o Palmelense Futebol Clube. Gostava de ser esclarecido se esta transferência de verba é efetivamente para o 'Parmelense' ou se a mesma é destinada à Palmela Desporto, EM, pelo uso que o Palmelense Futebol Clube faz dos equipamentos geridos por esta entidade.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** refere-se às *Ausências ao serviço* que já são consideradas de outra forma. Considerando a aposentação de 33 trabalhadores em 2012, ainda assim, há valores inferiores aos que eram apresentados em 2009 (ano em que havia 30 dias de ausência média / trabalhador / ano). Em 2012, a ausência média por cada trabalhador é de 27 dias / trabalhador / ano. Nestes dados não se contabilizam as férias somente as *Ausências ao serviço*, assim:

- . Por doença – 12.650 dias;
- . Ausências autorizadas – 2.464 dias – Pretende ser esclarecido sobre o que são as "ausências autorizadas" se, porventura, são as frequências em ações de formação.

Constata o **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** que a *Prestação de Contas* não particulariza o saldo de gerência anterior (que habitualmente era descrito, quer na zona que respeita à dotação, quer na execução). Porquê esta omissão?

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** menciona que é sua intenção contrariar as afirmações da Sr.^a Presidente da Câmara e da Sr.^a Vereadora Adília Candeias no que concerne à *Formação*. De acordo com o relatório apresentado, as ações de formação decresceram, de 2011 para 2012, em cerca de 400 ($1.575 - 1.145 = 430$). Ainda assim, considera relevante o número de 1.145 ações de formação em 2012, mas há uma redução no número de ações ministradas.

Relativamente à *Frota de viaturas municipais*, o **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** tece o seguinte comentário solicita esclarecimento à questão que apresenta:

. Tanto quanto é do seu conhecimento, durante o ano de 2012, houve a aquisição de uma única viatura. Nesse sentido, questiona qual a razão de a frota municipal, em 2011, ser de 134 viaturas e, em 2012, ser de 161 viaturas?

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** refere-se à intervenção do Sr. Vereador Álvaro Amaro, concretamente quando este enuncia o valor que outras entidades/organismos devem à Câmara Municipal de Palmela. Denota a sua surpresa ao ver que, na tabela constante no documento em apreciação, consta que a dívida devida pelo consumo de água ao Município de Palmela, por parte de munícipes e de empresas, ascende praticamente a 1 milhão de euros. Não teria sido possível prevenir o valor desta dívida? É enviado um primeiro ofício e depois um segundo ofício e só, posteriormente, é cortada a água, ao que o **Sr. Vereador Álvaro Amaro** responde que são os processos de execução fiscal.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** faz uma breve alusão às intervenções havidas no âmbito da proposta em apreço, dizendo que o executivo camarário (C.D.U. e P.S.) efetua dois discursos antagónicos com alguns pontos em comum: um que defende (e tem de o fazer) aquilo que é a *Prestação de Contas 2012*, e o outro que (de uma forma mais ou menos intensa) expressa que a *Prestação de Contas 2012* ficou muito aquém do que era esperado e/ou idealizado comparado com o Orçamento 2012. A razão fica sempre 'dividida' nestas intervenções, mas nos números apresentados há "algo" que o continua a condicionar face ao que a Sr.^a Presidente defende como possível de inverter – ser capaz e conseguir pagar a dívida – o que ele, Vereador, não consegue vislumbrar. Parece-lhe que este aumento sucessivo, quer dos empréstimos, quer das dívidas a curto prazo (por exemplo: acordo de pagamentos com a SIMARSUL), vão condicionar muito o futuro dos próximos executivos. Esta visão que defende é muito projetada nos números, mas não será uma verdade completamente fiável.

Volta a intervir, a pedido da Sr.^a Presidente, o Diretor do Departamento de Administração e Finanças para explicar o seguinte:

. É uma realidade que o saldo da gerência não é executado, porque o mapa apresenta a taxa da execução da receita e não das disponibilidades, pelo que as percentagens ficavam ligeiramente alteradas.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** questiona se houve alguma instrução nesse sentido, uma vez que foi mudado o que nos anos anteriores sempre ficou visível. Efetivamente sempre se exibiu o saldo de gerência na execução. Este é o reparo que faz.

Novamente, e fazendo uso da palavra dada pela Sr.^a Presidente, intervém o Diretor do Departamento de Administração e Finanças que responde do seguinte modo:

. Não houve nenhuma instrução.

. Sobre as explicações pedidas em relação ao Palmelense Futebol Clube, tende a esclarecer que os apoios financeiros são sempre atribuídos aos clubes, pois tem de se especificar a entidade a quem o subsídio se destina.

A esta última explicação, a **Sr.ª Presidente** acrescenta que os apoios financeiros atribuídos aos clubes/associações são diretamente pagos à Palmela Desporto, EM, e resulta de um acordo entre as próprias instituições: Câmara Municipal de Palmela / Palmela Desporto, E.M. e clube e/ou associação alvo do apoio financeiro.

Como adenda o **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece que as propostas sujeitas a aprovação da Câmara Municipal especificam “comparticipação dos custos pela utilização dos equipamentos desportivos” e obedece a um acordo tripartido, tal como a Sr.ª Presidente explicou. Isto sucede, porque os próprios dirigentes dos clubes/associações manifestaram essa vontade, para evitar que a verba destinada para aquele fim não fosse utilizado para um destino diferente.

Sobre a frota municipal, a **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** menciona que as viaturas foram catalogadas (mesmo as antigas que já não estavam em funcionamento) e, entretanto, algumas foram abatidas. Os dados constantes no relatório da *Prestação de Contas* estão corretos e, durante o ano de 2012, foi adquirida uma viatura.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** relembra que não foi esclarecida a questão em relação à receita por cobrar, referente ao consumo de água por parte de munícipes e empresas, e que ascende a praticamente 1 milhão de euros (dívida pelo consumo de água), ao que a **Sr.ª Presidente** responde que, uma parte do valor respeita a dívida, e a outra parte é devida pela execução fiscal, ou seja, os munícipes/empresas não pagaram em devido tempo e o processo segue para execução fiscal.

A **Sr.ª Presidente** efetua o seguinte comentário, relacionado com uma expressão usada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho a propósito da ‘liberdade da administração local’ e, contextualizou e bem, que esta ‘liberdade’ é obviamente balizada por todas as normas que são aplicadas à administração local e até pela inversão do direito. E, de facto, o que eram as normas aplicadas à administração local durante muitos anos, passaram a ser em muitos domínios invertidas como é do conhecimento de todos. Esta é uma realidade de facto e que se mede em muitas das áreas de intervenção da Autarquia. A ‘liberdade’ da administração local, desse ponto de vista, é relativa. Também é verdade que *alguma* ‘liberdade’ da administração local tem de ser valorizada e, nem por isso, a atual situação financeira que se insere num quadro mais global tem justificação nas receitas concretas que não se conseguem arrecadar, porque se expurgarem as receitas que previam e que não aconteceram, a situação da Câmara Municipal é, ainda assim, equilibrada. É de opinião que, a dívida da Câmara Municipal de Palmela é sustentável, o que conclui pelo seguinte:

. o *Orçamento 2013* destina 2,4 milhões de euros ao pagamento de dívida (por via da alteração orçamental) e, mesmo assim, conseguiu-se elaborar um Orçamento

equilibrado que já está expurgado dessa receita que expectavam, mas que não aconteceu. Ao longo dos anos, este é o principal indicador do que é possível fazer nos próximos exercícios, o que permitirá a amortização da dívida e a concretização do que se propõem realizar.

Julga que o Sr. Vereador José Carlos de Sousa queria, na sua intervenção, sugerir algo diferente como “vão poder investir muito pouco”. É notório que, neste momento, as Autarquias só podem investir aquilo que ‘primeiramente’ resulta da sua intervenção direta, ou então, como no caso da Câmara Municipal de Palmela que tinha e, ainda tem, alguma capacidade de endividamento. As regras é que se alteraram. As Autarquias que tiveram capacidade de endividamento e estão a realizar investimento, fruto de empréstimos que concretizaram, poderão continuar a realizar obras. É evidente que esta é a grande questão que se vai colocar daqui para a frente – qual vai ser o papel das Autarquias Locais? Trata-se duma questão de fundo. Veja-se que não é à conta das dívidas das Autarquias que a dívida global do país está como está. A dívida global do país não se centra sequer na dívida do Estado. E, mesmo que se queiram fixar só na dívida pública, há que separar a dívida das Autarquias da dívida do Estado. Ainda, nesta reunião, o Sr. Vereador Álvaro Amaro fazia notar que a dívida das Autarquias é uma ínfima parte do valor global da dívida da administração pública no seu todo. Este é o indicador: enquanto a administração pública teve, neste ano, um défice global de 10,5 milhões de euros, a administração local conseguiu ter superavit, o que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) invoca muitas vezes. É evidente que essa é a situação média das Autarquias. O Município de Palmela tem ‘alguma’ dívida, outras Autarquias têm uma dívida maior e outras, ainda, não têm dívida. Contudo, o resultado final do trabalho das Autarquias tem de ser avaliado, não só por aquilo que depois se conclui do ponto de vista da sua dívida global quando comparada com a dívida global do Estado e, por outro lado, tem de se perceber o que as Autarquias fazem. Por isso, foi necessário empregar tanto tempo na elaboração da *Prestação de Contas*, porque mesmo com valores em dívida não deixaram de realizar atividade, acompanhando as pessoas no dia-a-dia e financiando a administração central. Imagine-se: o Município de Palmela tem uma dívida de 10 milhões de euros (falando globalmente) entre o que tem a receber (aproximadamente 4 milhões de euros) e o que investiu por conta da administração central. A dívida de 4 milhões de euros dificilmente conseguirá ser cobrada.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** menciona que nas contas apresentadas pela Sr.^a Presidente devem-se incluir cerca de 14 milhões de euros, respeitantes a empréstimos bancários contraídos desde 2007, e que têm de ser liquidados.

Face à observação do Sr. Vereador José Carlos de Sousa, a **Sr.^a Presidente** expressa que estes têm condições para ser pagos e, em nenhum momento, deixaram de ser cumpridos. Não

são os empréstimos contraídos que têm 'roubado' ao Município a capacidade de exercer a atividade. Há indicações a confirmar que a situação financeira da Câmara Municipal de Palmela pode ser, perfeitamente, recuperada. Detém esta confiança.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Natividade Coelho e José Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

IV – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

Pela **Sr.ª Presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Nomeação de representante do Município na Assembleia Geral da Palmela Desporto, E.M..

PROPOSTA N.º DCD 01_08-13:

«A Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local, prevê a existência obrigatória, nas empresas locais, de uma assembleia geral, órgão em sede do qual passaram a ser exercidas um conjunto de funções que eram até à data exercidas pela Câmara Municipal, nomeadamente as que se referem à provação dos planos ou relatórios de atividades e contas das empresas municipais.

No caso da Palmela Desporto, salvaguardou-se nos estatutos da empresa municipal, a vinculação do voto do representante do município na assembleia geral a deliberação da Câmara Municipal, para um conjunto vasto de decisões, as quais se encontram descritas no artigo 9º dos estatutos.

Para o exercício das funções de representante do Município de Palmela na assembleia geral da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., **propõe-se**, em conformidade com o nº 3 do artigo 26º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Vereador Sr. Adilo Oliveira Costa.»

Sobre a proposta de Nomeação de representante do Município na Assembleia Geral da Palmela Desporto, EM numerada DCD 01_08-13 interveio:

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** regista que os Vereadores Socialistas não se opõem à nomeação do Sr. Vereador Adilo Costa.

Relativamente à construção da própria proposta (Ponto 3 – Nomeação de representante do Município na Assembleia Geral da Palmela Desporto, EM), a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** tece a seguinte observação:

. Também nas propostas Pontos 9 e 10 (Ponto 9 – Manutenção do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, EM / Ponto 10 – Manutenção do Fiscal Único da Palmela Desporto, EM) são nomeadas pessoas e há referência “até ao final do mandato”, numa proposta isso é especificado e noutras não. Regista esta observação.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Natividade Coelho e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto. Aprovado em minuta.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO P.S.:

"Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, em consonância com o seu sentido de voto na alteração aos Estatutos da Palmela Desporto, EM. Tratou-se de uma adequação legal que não implicou uma mudança significativa no funcionamento e gestão da Palmela Desporto, sendo que os documentos de Gestão – Plano de Atividades e Relatório de Contas são o motivo de discórdia nos últimos anos, dada a não concretização de investimentos e ações previstos. Na presente proposta é indicado o Sr. Vereador Adilo Costa, decisão a que não se opõem."

V – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

V.I. - DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO:

Pelo **Sr. Vereador Álvaro Amaro** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Aprovação da proposta de Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Quinta do Canastra - Terrim, Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DAU_DPU 01_08-13:

«A 22 de junho de 2005, a Câmara Municipal de Palmela deliberou a elaboração do Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Quinta do Canastra – Terrim (Plano), na freguesia de Pinhal Novo. Desde então decorreu a sua elaboração, com as necessárias adaptações e adequações às mudanças e exigências legais entretanto ocorridas.

Localizada entre dois importantes perímetros urbanos do concelho, o de Pinhal Novo (com o qual se relaciona preferencialmente) e o de Olhos de Água, Lagoinha e Vale de Touros, a área de intervenção do Plano possui aproximadamente 16,7ha.

O Plano promove a reconversão urbanística da área em causa através da definição da sua estrutura fundiária, dos indicadores e parâmetros urbanísticos de ocupação, dos espaços públicos e privados, bem como dos traçados gerais das infraestruturas urbanas locais.

Em reunião de 18 de maio de 2011, e nos termos definidos no n.º 6, do art.º 74.º, do D. L. n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro,

e no n.º 6, art.º 3.º do D. L. n.º 232/2007, de 15 de junho, a Câmara Municipal deliberou a dispensa do processo de Avaliação Ambiental Estratégica AA(E) do Plano.

Em cumprimento do regime do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação, a proposta de Plano foi submetida a conferência de serviços e posterior concertação, com a participação das entidades com jurisdição nas matérias em presença, tendo sido emitidos os pareceres constantes do relatório do Plano, bem como as atas das reuniões de concertação realizadas.

Em reunião de 7 de novembro de 2012, teve lugar a deliberação da abertura do período de Discussão Pública do Plano, tendo esta decorrido durante 22 dias - de 26 de novembro a 26 de dezembro - nos termos do artigo 77º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)

Em reunião de 23 de janeiro de 2013, a Câmara Municipal de Palmela deliberou a aprovação e divulgação do Relatório da Discussão Pública, em anexo à presente proposta de Plano, nos termos do nº 8 do artigo 77º, do RJIGT, tendo sido seguidamente elaborada a versão final da proposta de Plano.

Assim, e nos termos do disposto no artigo n.º 79.º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação, **propõe-se** que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal, para a sua aprovação, a proposta do Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Quinta do Canastra – Terrim, Pinhal Novo, documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.

De acordo com o artigo 81.º do supra referido Decreto-Lei, considera-se concluída a elaboração do Plano de Pormenor com a respetiva aprovação pela Assembleia Municipal, seguindo-se a sua publicação em Diário da República, momento após o qual entrará em vigor.»

Sobre a proposta de *Aprovação da proposta de Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Quinta do Canastra - Terrim, Pinhal Novo* numerada *DAU_DPU 01_08-13* intervieram:

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** salienta que os Vereadores do P.S. têm procurado, ao longo do mandato, estar sempre ao lado da solução no que toca a propostas de intervenção no território que visem melhorar a vida dos munícipes. Todas as propostas em que a substância seja a aprovação dos Planos de Pormenor têm votado a favor, por entenderem que, são passos essenciais para o ordenamento do território e sua regularização.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** faz um breve historial do processo:

- . A decisão da abertura da elaboração deste Plano de Pormenor data de 2005;
- . Em 2011 foi deliberada a dispensa do processo de avaliação ambiental estratégico, tendo os Vereadores Socialistas, face aos elementos em presença, votado a favor. Entretanto, em 07 de novembro de 2012, aquando da abertura da discussão pública, o Sr. Vereador José Carlos de Sousa (P.S.) alertou para desajustamentos entre o

edificado e os levantamentos topográficos para a solução encontrada, relativa à rede de drenagem de águas residuais domésticas, designadamente a opção por uma solução que, no imediato, é menos onerosa, mas com mais encargos para o Município no futuro. Mais alertou - para o não acolhimento das informações / soluções técnicas – constantes no processo;

. Em reunião camarária de 23 de janeiro deste ano, quando foi a aprovação e divulgação do relatório da discussão pública, os Vereadores Socialistas abstiveram-se por este ser omissivo, relativamente às poucas questões levantadas por munícipes, em momentos em que podiam ter ocorrido melhorias e eventuais correções, entenderam que a abstenção construtiva com a apresentação de dúvidas seria a posição adequada de uma oposição que respeita o trabalho difícil que é a elaboração deste tipo de Planos (planos de ordenamento do território), perante um adiamento lesivo das pessoas e do território e, ainda, diante duma necessidade de resposta e regularização daquela parcela de território. Não sendo a situação ideal, entendem dever votar a favor da solução apresentada, mantendo as reservas que já constam de atas anteriores, na medida em que o tempo que estes processos custam aos munícipes, a situação económica e financeira que se vive, e a necessidade de dar resposta ao que interfere diretamente com a vida das pessoas são imperativos que ponderaram e, por estas razões, não se vão opor. Nos momentos em que ainda seja possível proceder a alterações exercerão a prerrogativa de alertar.

No que concerne à proposta em apreço, a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que os Vereadores do P.S. estão do lado da solução, devendo ficar registadas as suas preocupações.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** usa a expressão “mais vale tarde que nunca”. Considera bom o facto de os Srs. Vereadores do P.S. terem corrigido a sua posição, porque o fundamental é que o *Plano de Pormenor de Reconversão Urbanística da Quinta do Canastra – Terrim, Pinhal Novo*, através da consulta que foi feita (em particular aos residentes no local e aos proprietários) teve o seu acolhimento e corresponde às suas expectativas. Essa é a validação mais importante. Registe-se que as reservas técnicas e outras (sobre as quais os Srs. Vereadores do P.S. se pronunciaram), foram devidamente explicadas as razões pelas quais estas foram ultrapassadas – foram encontradas soluções que são exequíveis a mais curto prazo (é isso que interessa aos residentes atuais e futuros). Congratula-se pelo facto de os Srs. Vereadores do P.S. irem votar a favor desta proposta.

Quanto às inércias que o processo sofreu e à dilação de prazos, o **Sr. Vereador Álvaro Amaro** denuncia que teriam muito para discutir, nomeadamente, no que toca às responsabilidades das diversas entidades que são levadas a pronunciar-se sobre os planos de ordenamento do território e com inúmeras reuniões de concertação. Recorda que o Sr. eng.º

António Fonseca Ferreira (Vereador eleito do P.S. neste órgão autárquico) chegou a elogiar este processo, entre outros. Foi necessário aprovar as medidas preventivas e, posteriormente, uma prorrogação das medidas preventivas, porque há um conjunto de *démarches* que têm de ser respeitadas: a própria reconstituição da identificação cadastral (não é uma responsabilidade do Município, e quando os proprietários não fornecem os elementos que permitam reconhecer os prédios é impossível avançar com um processo destes). Depois de todos os esforços feitos ao longo deste mandato em que a equipa do responsável pela elaboração do Plano de Pormenor trabalhou afincadamente, a cartografia só foi homologada em 16 de outubro de 2012. Como avançariam mais depressa? A homologação da cartografia é feita pelo Instituto Geográfico Português (IGP). “Estes processos são duros” e, ainda por demais, este é um Plano da iniciativa do Município e, tratando-se de uma zona de génese ilegal, até podia ser da iniciativa dos coproprietários. A Câmara Municipal avançou com a sua elaboração e crê que não incorre em erro ao afirmar que todos (eleitos / dirigentes / técnicos e coproprietários) gostariam de o ter terminado há mais tempo; embora não saiba se a dinâmica urbanística o justificaria, porque agora é preciso ver se as pessoas querem investir e proceder a ‘algumas’ legalizações, mas julga que o resultado final é interessante e, sobretudo, importante para as pessoas e para a organização sustentada daquele território.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

V.II. - DIVISÃO DE LOTEAMENTOS E AUGI:

Pelo **Sr. Vereador Álvaro Amaro** foram apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Atribuição de topónimo na freguesia de Quinta do Anjo.
Requerente: Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Proc.º Top – 217/2013.
Local: Quinta do Anjo.

PROPOSTA N.º DAU_DLA 01_08-13:

«Conforme proposta de 10/12/2012 apresentada pela Junta de Freguesia de Quinta do Anjo (em anexo) e fundamentação aditada pelo serviço de toponímia da Divisão de Loteamentos e AUGI, e ainda de acordo com o disposto no Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, foi submetida a apreciação, em reunião da Comissão de Toponímia de 04/04/2013, a seguinte proposta de topónimo:

- Estrada dos Cabeços Ruivos

(“Cabeço dos Ruivos”, ponto mais elevado da planície).

O arruamento em causa, situado entre a rotunda confinante a nascente com a Avenida de Jávea e o arruamento que dá acesso à circular norte A2, é conhecido pela população local, desde tempos imemoriais, como “Estrada dos Cabeços Ruivos”.

No local observa-se a existência de inúmeros cumes arredondados designados por “cabeços”, de cor ruiva, da tonalidade do barro, que contrastam com a vasta vegetação de cor verde, composta por diversas espécies arbóreas designadamente acácias, sobreiros, pinheiros, eucaliptos entre outras, tendo vindo a ser reconhecida e consolidada popularmente a designação de “Cabeços Ruivos”.

Refira-se ainda, no plano hidrológico, que o concelho de palmela se divide pelas bacias hidrográficas do Tejo e do Sado, através da linha de separação definida pelas cumeadas das Serras de S. Francisco e do Louro. Entre os locais mais elevados na planície que separam as referidas bacias hidrográficas, destaca-se no seu ponto mais elevado “O Cabeço dos Ruivos” com 110m, situado a 2 Km a NW da Quinta do Anjo.

A construção de algumas habitações na zona confinante com o arruamento em causa, potenciou maior ocupação humana, assumindo a identificação do arruamento, particular importância no quotidiano dos residentes.

Assim e tendo a proposta merecido parecer favorável da Comissão de Toponímia, **propõe-se** assim a atribuição do referido topónimo ao arruamento público assinalado na planta de localização anexa, nos termos da alínea v) do nº 1, do artigo 64.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de janeiro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 6 – Atribuição de topónimo na freguesia de Pinhal Novo. Requerente: Junta de Freguesia de Pinhal Novo. Proc.º Top-1168/2013. Local: Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DAU_DLA 02_08-13:

«Conforme fundamentado na proposta nº 17 de 21/02/2013 em anexo, apresentada pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo e de acordo com o disposto no Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, foi submetido a apreciação em reunião da Comissão de Toponímia de 04/04/2013, a seguinte proposta de atribuição de topónimo:

- Praceta Antero de Quental

Escritor

1842–1891

Tendo a proposta merecido parecer favorável da Comissão de Toponímia, **propõe-se** assim a atribuição do referido topónimo ao arruamento público assinalado na planta de localização anexa, nos termos da alínea v) do nº 1, do artigo 64º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 7 – Atribuição de topónimo na freguesia de Pinhal Novo. Requerente: Junta de Freguesia de Pinhal Novo. Procºs. Top – 11/02 e 12/02. Local: Cascalheira – Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DAU_DLA 03_08-13:

«Conforme fundamentado na proposta nº 18 de 21/02/2013 em anexo, apresentada pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo e de acordo com o disposto no Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, foi submetida a apreciação em reunião da Comissão de Toponímia de 04/04/2013, a seguinte proposta de atribuição de topónimo:

- Rua do Milho Rei

Tendo a proposta merecido parecer favorável da Comissão de Toponímia, **propõe-se** assim a atribuição do referido topónimo ao arruamento público assinalado na planta de localização anexa, nos termos da alínea v) do nº 1, do artigo 64º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 8 – Atribuição de topónimo na freguesia de Pinhal Novo. Requerente: Junta de Freguesia de Pinhal Novo. Proc.º Top – 1617/2013. Local: Olhos de Água – Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DAU_DLA 04_08-13:

«Conforme proposta nº 29 de 15/03/2013, apresentada pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo (em anexo) e fundamentação aditada pelo serviço de toponímia da Divisão de Loteamentos e AUGI, e ainda de acordo com o disposto no Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, foi submetida a apreciação em reunião da Comissão de Toponímia de 04/04/2013, a seguinte proposta de atribuição de topónimo:

- Rua do Sobreiro.

O arruamento em causa, que se inicia a nascente na perpendicular à Rua do Sobral e termina a norte no entroncamento com a Rua do Círio dos Olhos de Água, localiza-se numa zona de características rurais, que tem vindo a consolidar-se em termos de atribuição de topónimos.

Nesta zona, podem ser observados diversos povoados de sobreiros, com interesse económico e social relacionado com a cortiça, o fruto (bolota, também conhecido por lande), a lenha (para queimar diretamente ou fazer carvão), o entrecasco (de onde se podem extrair taninos) e a madeira.

Considerando assim que o sobreiro (*Quercus Suber*), árvore da família do carvalho, é a espécie predominante da zona e que, juntamente com o Pinheiro-bravo, constitui uma das espécies que mais abundam em Portugal, o topónimo proposto visa valorizar a identidade do lugar, ligada à atividade agrícola em particular, e contribuir para uma maior eficácia na entrega postal aos residentes.

Tendo a proposta merecido parecer favorável da Comissão de Toponímia, **propõe-se** assim a atribuição do referido topónimo ao arruamento público assinalado na planta de localização anexa, nos termos da alínea v) do nº 1, do artigo 64.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

VI – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foram apresentadas as seguintes propostas:

(As propostas numeradas como Pontos 9 e 10 foram apresentadas simultaneamente).

PONTO 9 – Manutenção do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M..

PROPOSTA N.º DCD 02_08-13:

«Com a publicação da Lei 50/2012, de 3 de agosto, relativa ao regime jurídico da atividade empresarial local, foi necessário proceder às alterações estatutárias da empresa municipal Palmela Desporto.

Por proposta da Câmara, a Assembleia Municipal de Palmela deliberou em catorze de Fevereiro de dois mil e treze a aprovação das alterações aos estatutos da Palmela Desporto, adequando-os à nova legislação.

Neste contexto, foi criado o órgão Assembleia Geral, o qual passou a ter competências que eram até à data exercidas pela Câmara Municipal, nomeadamente a designação do órgão de gestão da empresa.

Os estatutos aprovados preveem a manutenção no órgão executivo municipal, a capacidade de vincular a decisão do representante do município na Assembleia Geral, através do seu artigo 9º nº 5 que refere a necessidade da Câmara Municipal deliberar sobre um conjunto de matérias, entre as quais se encontra a designação dos membros do Conselho de Gestão (alínea b)).

Sendo o mandato do Conselho de Gestão “coincidente com os dos titulares dos órgãos autárquicos” (artigo 7º dos Estatutos), e estando este a aproximar-se do seu termo, considera-se ser vantajoso a continuidade do exercício de funções dos atuais membros do Conselho de Administração, agora Conselho de Gestão, até ao final do respetivo mandato.

Assim, em conformidade com os estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda, o nº 1 do artigo 26º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e a alínea d) do nº 7, do artº 64º, da Lei nº 169/99, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, **propõe-se** que o sentido de voto do representante municipal na Assembleia Geral seja o da manutenção de Eduardo Borges Pereira no cargo de Presidente, de João Manuel Fernandes Pina e de Daniel Jorge Martins Coelho Pó nos cargos de Vogais do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., até ao final do presente mandato.»

PONTO 10 – Manutenção do Fiscal Único da Palmela Desporto, E.M..

PROPOSTA N.º DCD 03_08-13:

«O regime jurídico da atividade empresarial local foi revisto através da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, tendo introduzido alterações à designação do fiscal único, nomeadamente passando essa responsabilidade para o órgão deliberativo municipal, sob proposta do órgão executivo.

De acordo com a legislação, a fiscalização pode ser exercida por um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

O atual órgão de fiscalização foi nomeado em 16 de junho de 2010 pela Câmara Municipal sob proposta da Palmela Desporto, E.M..

Estando a terminar o mandato dos órgãos municipais e consequentemente dos órgãos de gestão da empresa municipal Palmela Desporto, E.M., considera-se que a manutenção dos atuais titulares dos cargos até final de mandato, é uma medida de gestão adequada e que contribuirá para evitar perturbações no normal funcionamento da empresa.

Nesse sentido, em conformidade com o nº 3 do artigo 26º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, **propõe-se** a manutenção em funções da Sociedade Lino Correia, SROC, Unipessoal, Lda. como Fiscal Único da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., até final do mandato.

Mais se propõe que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal, conforme legislação evocada.»

Sobre as propostas de *Manutenção do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, EM* e *Manutenção do Fiscal Único da Palmela Desporto, EM* numeradas *DCD 02_08-13* e *DCD 03_08-13* intervieram:

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** expressa, em representação dos Vereadores do P.S., a sua opinião:

- . Relativamente à *Manutenção do Conselho de Gestão da Palmela Desporto* parece-lhe ponderada e acertada a decisão tomada. É a forma mais lógica e mais coerente de o fazer;
- . Em relação à *Manutenção do Fiscal Único da Palmela Desporto* não tem nada contra o entendimento da prorrogação de prazo por mais oito meses;
- . Por uma questão de coerência, os Vereadores Socialistas abstiveram-se aquando da nomeação da administração da Palmela Desporto, E.M.. Em nenhuma ocasião opinaram contra a nomeação do Fiscal Único por considerarem ser essa uma decisão do Conselho de Administração da Palmela Desporto. Têm sempre afirmado, e continuam a fazê-lo, que o facto de o Fiscal Único e do Revisor Oficial de Contas (ROC) ser desempenhado pela mesma pessoa, parece ser uma situação conflitual, mas se não incorre em ilegalidade, não têm por que se opor.

Em face da observação feita pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa sobre a eventual ilegalidade de o Fiscal Único exercer também as funções de Revisor Oficial de Contas, o **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece que, tal como foi afirmado em anteriores ocasiões, a situação que se apresenta não incorre em ilegalidade e há, inclusivamente, um parecer nesse sentido.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** dirigindo-se ao Conselho de Gestão e ao Fiscal Único da Palmela Desporto, E.M., presentes na sala deseja-lhes um bom mandato com a efetivação de bom trabalho.

Submetida a votação a proposta de *Manutenção do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M.*, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Natividade Coelho e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto. Aprovado em minuta.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO P.S.:

"Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, atendendo ao facto de aquando da sua nomeação se terem absterido. Parece que a decisão é ponderada e sensata, mas em nada se alteram as reservas colocadas aquando da sua eleição há cerca de 3 anos."

Submetida a votação a proposta de *Manutenção do Fiscal Único da Palmela Desporto, E.M.*, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs.

Vereadores Natividade Coelho e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto. Aprovado em minuta.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO P.S.:

"Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, face ao facto de desconhecerem o processo de concurso ou ajuste direto que foi desencadeado para a escolha do Fiscal Único.

O atual regime jurídico da atividade empresarial local foi revisto através da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, obrigando a que a designação do Fiscal Único passe agora pelo órgão deliberativo municipal.

O facto de o ROC e o Fiscal Único na Palmela Desporto ser desempenhado pela mesma pessoa sempre nos pareceu algo conflitual em termos dos conflitos de interesses que poderia vir a gerar.

Sugerimos que depois de outubro se possa rever esta situação.

Todavia, parece adequado manter o Fiscal Único em exercício selecionado pela administração da Palmela Desporto, até ao final do mandato."

PONTO 11 – Relatório e Contas 2012 da Palmela Desporto, E.M..

PROPOSTA N.º DCD 04_08-13:

«Na reunião do Conselho de Administração da empresa municipal Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., de 26 de fevereiro passado, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2012.

A prestação de contas da empresa municipal reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano de 2012, os quais apresentam, novamente, resultados positivos, apesar da redução da comparticipação municipal e dos aumentos dos custos da energia e combustíveis. Tais resultados foram obtidos fruto de uma gestão rigorosa e criteriosa.

Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício 2012 da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., constituídos pelo relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação dos resultados; certificação legal de contas; parecer do fiscal único; balanço e demonstração de resultados; notas anexas ao balanço e demonstração de resultados; demonstração de fluxos de caixa e execução anual do plano plurianual de investimentos, anexas à presente proposta, são demonstrativos das medidas que têm vindo a ser adotadas no sentido de melhor prestação do serviço com redução de custos. Tal situação tem sido possível

concretizar pelo empenhamento dos trabalhadores sob a orientação do Conselho de Administração.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5 do artigo 9.º dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja de aprovação dos documentos apresentados.»

Sobre a proposta de *Relatório e Contas 2012 da Palmela Desporto, E.M.* numerada DCD 04_08-13 intervieram:

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** menciona que vai começar por indicar o que o *Relatório e Contas 2012 da Palmela Desporto, E.M.*, em sua opinião, contem de positivo: os índices de concretização das atividades realizadas. Somente fez a comparação com os dois últimos anos (que respeitam à vigência do atual Conselho de Gestão em funções) e, efetivamente aumentaram os índices de concretização das atividades realizadas. Contudo, na verificação da execução orçamental tudo se complica. Veja-se que o que era expetável não se concretizou. Neste *Relatório e Contas* há duas posições antagónicas, enuncia:

. A proposta da Palmela Desporto, E.M., refere "(...) *apesar da redução da comparticipação municipal (...)*" e o Técnico Oficial de Contas (TOC) menciona (o que lhe parece ser mais certo, real e verdadeiro) e cita-o: "(...) *no âmbito do contrato programa celebrado no montante de 480 mil euros, que representam 34% dos rendimentos totais, tal como no ano anterior (...)*". A bom da verdade frisa que o Orçamento da Palmela Desporto, E.M., foi exatamente igual ao do ano anterior, sendo que a dependência da Empresa Municipal em relação à Câmara Municipal, nos últimos três anos, é que se tem situado por valores muito próximos. Este *Relatório e Contas* denuncia um aumento (embora não muito significativo) de dependência financeira e está, portanto, longe daquele desiderato da tal 'autonomia financeira' da emancipação da Palmela Desporto, E.M., que se esperava. Esta é, segundo a opinião dos Vereadores do P.S., a questão que "falhou" e "continua a falhar";

. A afirmação de que "(...) *o resultado líquido do exercício evidencia um equilíbrio financeiro (...)*" é um eufemismo, porque o valor que está em causa é de 155 euros. Quem deixe de fumar tem este montante no mealheiro ao fim do mês. É um valor muito diminuto para se produzir a afirmação antes citada;

. Ficaram por realizar a maioria dos investimentos previstos;

. Na maior parte das situações o pagamento a fornecedores não foi efetuado e o valor do passivo anual aumenta em relação ao ano anterior;

. A Câmara Municipal de Palmela ficou a dever 80 mil euros num ano à Palmela Desporto, E.M.. Não é perceptível como é que na *Prestação de Contas 2012* apresentada pela Câmara Municipal surge a informação de que foram pagos 400 mil euros à Empresa Municipal e, por sua vez, a Palmela Desporto, E.M., coloca na *Demonstração de resultados* que a execução em 2012 é de 480 mil euros pelo défice de exploração. Parece-lhe ser um erro. Ao confrontar os dois documentos, verifica que os dados não coincidem. Também comparou as *Organizações* e a *Formação*, quer da Câmara Municipal, quer da Palmela Desporto, e o ano de 2012 ficou muito aquém do que era exetável. Ao nível da *Formação* há um decréscimo evidente. Opina que sem formação dificilmente haverá inovação;

. Há a saudar o facto de algumas das *ações e atividades* (mesmo não estando programadas no Plano de Atividades) terem sido realizadas. Este é um dado positivo;

. Cita uma parte do *Relatório e Contas* (página 13): "(...) em 2012 registou-se uma redução na utilização dos nossos serviços em todos os equipamentos e isto representa uma diminuição da autonomia (...)". Constata que 'essa autonomia' vem diminuindo desde 2009. A Palmela Desporto, E.M., ao assumir no seu *Relatório e Contas* que a Câmara Municipal de Palmela tenha pago, em 2012, a verba de 480 mil euros implica uma autonomia de 64,82%, enquanto a autonomia no ano 2011 era de 64,94%, e no ano de 2010 era de 64,76%. O valor percentual não sofre praticamente nenhuma oscilação e aquilo que está em causa é a evolução dos rendimentos próprios. Repare-se que em 2004 era de 59,99%, e em 2012 era de 64,82%. A autonomia criada é de 5%;

. É na *Demonstração de resultados* que se detetam com facilidade as seguintes questões:

- o passivo corrente aumenta de 122 mil euros para 123 mil euros;
- as dívidas ao Estado sobem de 27 mil euros para 33 mil euros;
- as outras contas a pagar a fornecedores aumentam de 55 mil euros para 68 mil euros;
- o passivo a 31 de dezembro de 2011 era de 205 mil euros e passa para 225 mil euros.

. Não foram concretizadas as ações previstas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Saúda o facto de as ações/investimento previstas para 2013 rondarem os 25 mil euros (o que parece ser mais compatível com as reais possibilidades da Palmela Desporto, E.M.), quando para 2012 o valor ascendia a cerca de 100 mil euros. Suscita a pergunta: quando vão ser executadas que são desde há uns anos consideradas como fundamentais, denominadas como obras de recuperação/manutenção dos equipamentos geridos pela Empresa Municipal? Quem as vai realizar? Quem chega à frente e lança o repto: é necessário investir nos equipamentos! A verdade é que os equipamentos se vão degradando. Os quatro equipamentos desportivos geridos pela Palmela Desporto, E.M., necessitam de uma intervenção. A *Prestação de Contas 2012* denota que em 1 milhão 364 mil euros o investimento ascende a 42 mil euros, apenas. Muito reduzido para qualquer organização. Recorda a intervenção tida pelo Sr. Vereador Adilo

Costa em 2008: "(...) a partir de agora as obras são nossas (Câmara Municipal) (...)". Ao fim de todos estes anos, a Palmela Desporto, E.M., não se consegue libertar da compensação indemnizatória e da enorme influência que a compensação indemnizatória tem na Empresa Municipal. Há diversos fatores relacionados com uma menor procura dos equipamentos como, por exemplo, a crise que se vive atualmente. Mas, mesmo antes deste período de crise, sempre houve dificuldade de emancipação da Palmela Desporto, E.M., em relação à Câmara Municipal de Palmela. Como vai ser o futuro? Na página 15 dos documentos em apreciação, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto, E.M., e sua equipa denunciam que as obras de conservação nos equipamentos que estavam previstas não puderam ser concretizadas. Este é um discurso já antigo, quer o anterior Presidente do Conselho de Administração, quer o atual, tentaram remeter para a Câmara Municipal de Palmela a responsabilidade pelas obras de conservação/manutenção nos equipamentos. Detêm as maiores dúvidas sobre qual poderá ser o futuro, se não existir por parte da Câmara Municipal (única sócia da Sociedade Unipessoal) uma intervenção mais ativa, nomeadamente, no que respeite à efetivação das obras de manutenção nos equipamentos e à criação de melhores condições para os utentes dos equipamentos; sendo que (e repare-se) o valor da compensação indemnizatória tem de diminuir a curto prazo, na medida em que começa a ser incomportável para a Câmara Municipal justificar o montante de 480 mil euros que injeta na Palmela Desporto, E.M., quando ao seu redor vê um "marasmo" (enfraquecimento) no investimento em diversos setores.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** menciona que gostaria que lhe fossem esclarecidas as seguintes questões:

1.^a – Qual a razão de na *Prestação de Contas 2012* da Câmara Municipal de Palmela vir especificada a transferência de 400 mil euros para a Palmela Desporto, E.M., e de no *Relatório e Contas 2012* da Palmela Desporto, E.M., vir discriminada o montante de 480 mil euros transferidos por esta Autarquia;

2.^a – Na página 4 dos documentos apresentados o total de rendimentos é de 1 milhão 403 mil euros, e no quadro 17 respeitante à evolução dos rendimentos próprios se apresenta 1 milhão 364 mil euros. Qual a razão desta discrepância?

A solicitação do Sr. Vereador Adilo Costa intervém o Diretor do Departamento de Administração e Finanças e o Presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto, E.M., para os esclarecimentos julgados necessários. Assim:

O Diretor do Departamento de Administração e Finanças:

. Respondendo à 1.^a questão: na ótica da contabilidade patrimonial (conforme trabalha a Palmela Desporto, E.M. na apresentação dos seus documentos) a *Demonstração de resultados* especifica o valor de 480 mil euros, sendo que nos fluxos de caixa deram entrada 400 mil

euros. São óticas diferentes: na ótica patrimonial (480 mil euros) e na ótica meramente de caixa (400 mil euros);

O Presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto, E.M.:

. Respondendo à 1.ª questão: o que interessa realçar é que o dinheiro (80 mil euros) já deu entrada nos cofres da Palmela Desporto, E.M., em 2013, e tecnicamente as contas estão bem apresentadas (se assim não fosse o Fiscal Único teria o cuidado de o salientar). Este trabalho é feito conjuntamente, até porque se pautam por contas bem feitas e bem apresentadas. Se acontecer algum equívoco terão, naturalmente, de ser feitas as correções necessárias;

. Respondendo à 2.ª questão: a informação descrita na página 4 integra todos os proveitos, enquanto o quadro constante na página 17 integra apenas os proveitos próprios (não integra uma parte relativamente pequena que diz respeito aos proveitos designados por “suplementares”).

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que constata uma evolução na intervenção do Sr. Vereador José Carlos de Sousa quando valoriza os índices de concretização das atividades e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), independentemente de não se ter concretizado o que respeitava a um montante de maior vulto – os painéis solares. Há um salto muito positivo e realista em relação a estes investimentos (e dirigindo-se ao Sr. Vereador José Carlos de Sousa) pedia-lhe que valorizasse a grelha da análise de custos por centro de custos que, ao não considerar a estrutura central em separado, permite uma análise mais correta de cada centro de custos e, também, a questão da maior adaptação das atividades e duma maior adaptação do dia-a-dia da Palmela Desporto, E.M., às atividades necessárias para a prossecução dos fins da Empresa Municipal. Houve uma grande capacidade por parte da Administração da Palmela Desporto, E.M., em observar as necessidades do mercado e em se adaptar a esse mesmo mercado, nomeadamente, com a apresentação de cartões que (sendo mais amplos e diversificados) permitiram que não se perdessem tantos utentes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** tece as seguintes considerações:

. A compensação pelo défice de exploração (situada em 34%) reverte, em termos reais, na seguinte afirmação: verificou-se uma redução de 80 mil euros em 2010 e de 12 mil euros em 2011. Há duas reduções sucessivas que não podem ser ignoradas;

. A autonomia financeira da Palmela Desporto, E.M., era de 64,94% em 2011 e de 64,82% em 2012. A fasquia superior a 60% vem desde 2006;

. A soma dos resultados líquidos da Palmela Desporto, E.M., desde 2001 a 2012, dão o saldo negativo de 17 mil 162 euros. Qual é a estrutura deste tipo (que faz a gestão dum conjunto de equipamentos municipais) que consegue ter ao longo destes anos um resultado líquido acumulado deste valor?

. A maioria em exercício neste executivo (C.D.U.) considera que está no bom caminho e que os índices para a manutenção da Palmela Desporto como Empresa Municipal são positivos. A gestão é rigorosa e tem havido o cuidado de equilibrar os rendimentos com os gastos. Se há uma redução de rendimentos também há uma redução semelhante ao nível das despesas;

. A Palmela Desporto, E.M., manteve o mesmo número de recursos humanos possuindo um trabalhador na situação de licença sem vencimento. Há uma quebra do número de utilizadores dos equipamentos, mas 'estanca' essa quebra mantendo a sua sustentabilidade e inventando novas modalidades. A percentagem dos rendimentos totais sofre uma redução de 3% e nos gastos totais a redução é de 2%;

. Em relação à Câmara Municipal de Palmela, Palmela Desporto, E.M. e a outras entidades do mesmo género, é que a eletricidade e o gás (mais do que o valor da água) e para além do aumento do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) sofrem um aumento substancial das tarifas. Há um enorme agravamento;

. Há uma alteração no agrupamento das despesas para melhor compreensão. As contas da Palmela Desporto, E.M., não são as contas da Câmara Municipal de Palmela e, cada vez mais, tem de haver uma maior clareza na apresentação das contas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** finaliza dizendo que, em sua opinião, neste universo de empresas municipais que têm sido tão 'fustigadas', a Palmela Desporto, E.M., apresenta uma ótima *performance*. É preciso usar de muita imaginação. Dirige os parabéns à nova Administração da Palmela Desporto (a ser eleita em Assembleia Geral), à equipa da Empresa Municipal e aos seus trabalhadores que fazem parte do corpo permanente e, igualmente, aos que numa forma avançada (como técnicos) têm dado a sua colaboração para que a Palmela Desporto, E.M., seja um exemplo na forma como deve prosseguir uma Empresa Municipal neste país.

A **Sr.^a Presidente** subscrive as palavras do Sr. Vereador Adilo Costa, e termina dizendo que o executivo camarário em gestão confia no Conselho de Administração e na Palmela Desporto, Empresa Municipal.

Submetida a votação a proposta de *Relatório e Contas 2012 da Palmela Desporto, EM*, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Natividade Coelho e José Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

VII – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E TURISMO

DIVISÃO DE TURISMO E ECONOMIA LOCAL:

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 12 – Apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para realização da 18.ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão, em Fernando Pó e Feira de Vinhos do Concelho de Palmela.

PROPOSTA N.º DCT_DTEL 01_08-13:

«A 18.ª edição da Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão realiza-se nos dias 10, 11 e 12 de maio de 2013, na Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.

Ao longo destes dezoito anos, a iniciativa contribuiu para a promoção e divulgação da localidade de Fernando Pó enquanto roteiro de excelência dos vinhos nacionais. Foi com a realização da Mostra de Vinhos que se iniciou o ciclo de crescimento e de consolidação dos padrões de qualidade que hoje estão associados aos vinhos produzidos nestas duas freguesias do concelho de Palmela.

A Mostra continua a desenvolver-se a partir da prova aberta dos vinhos das freguesias de Poceirão e Marateca, onde os produtores apresentam o resultado do seu saber, do seu empenho e dedicação na produção de vinhos de grande qualidade.

O programa inclui a realização de um colóquio técnico sobre vinho e diversas atividades recreativas. Durante o certame, os visitantes têm a oportunidade de contactar diretamente com enólogos e produtores de vinho, que aqui lhes apresentam os seus melhores produtos ao melhor preço. Para além dos vinhos, podemos encontrar em Fernando Pó outros produtos locais, como o mel, os queijos e o leitão, produzidos nestas freguesias.

Porque ao longo da sua rica história, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó demonstrou ser um projeto determinante para a divulgação e afirmação dos vinhos destas freguesias, que constituem o principal produto da economia local e que asseguram a sustentabilidade da atividade rural no nosso concelho, considera-se essencial que a Câmara Municipal de Palmela, continue a apoiar esta iniciativa.

Como esta iniciativa tem custos elevados, a organização, constituída pela Comissão da Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão, em Fernando Pó e pela Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Palmela.

Assim, face ao exposto e de forma a colmatar parte das despesas da organização deste evento, e para além do apoio logístico que a autarquia também assegura, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a atribuição de um apoio financeiro de € 3.200,00 (três mil e duzentos euros) à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.»

Sobre a proposta de Apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó numerada DCT_DTEL 01_08-13 intervieram:

A **Sr.^a Vereadora Natividade Coelho** regista que neste 'tipo' de propostas está a ser feito um corte nos apoios financeiros na ordem de 23%. Será este o 'corte' consensualizado para tipo de festas?

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** esclarece que a diminuição da comparticipação financeira da Câmara Municipal é na ordem dos 20% como, por exemplo, aconteceu com o *Festival do Queijo, Pão e Vinho*. O que acontece relativamente a esta iniciativa é o que acontece para outros eventos com as mesmas características. O critério é o mesmo.

A **Sr.^a Vereadora Natividade Coelho** recorda-se de ter colocado a mesma questão no ano anterior e de, na altura, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha ter respondido que a redução no apoio financeiro era compensado com apoio logístico prestado pela Câmara Municipal.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** corrige que a palavra "compensado" não é a mais correta, uma vez que a Autarquia sempre disponibilizou apoio logístico. Tem sido feito um esforço acrescido para reforçar o apoio na divulgação das iniciativas recorrendo a outros parceiros, nomeadamente a instituições nacionais (por exemplo: Entidade de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo e o Turismo de Portugal) que conseguem levar mais longe a divulgação dos eventos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A **Sr.^a Presidente** pergunta se algum dos Municípes quer intervir.

Não há intervenções.

VIII – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e cinquenta minutos, a **Sr.^a Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *José Manuel Monteiro*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Diretor do Departamento

José Manuel Monteiro